



# Agenda Legislativa da Indústria

**PRESTANDO CONTAS**

2006

# **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA**

**CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI**



*Confederação Nacional da Indústria*

**PRESIDENTE, em exercício**  
CARLOS EDUARDO MOREIRA FERREIRA

**1º VICE-PRESIDENTE**  
FRANCISCO RENAN ORONÓZ PROENÇA

**VICE-PRESIDENTES**  
ROBSON BRAGA DE ANDRADE  
JOSÉ DE FREITAS MASCARENHAS  
JOSÉ FERNANDO XAVIER FARACO  
ABELÍRIO VASCONCELOS DA ROCHA  
FRANCISCO DE ASSIS BENEVIDES GADELHA  
FERNANDO CIRINO GURGEL  
ALFREDO FERNANDES  
JOSÉ NASSER  
FERNANDO ANTONIO VAZ  
JOÃO OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE  
CARLOS SALUSTIANO DE SOUSA COELHO

**1º SECRETÁRIO**  
LOURIVAL NOVAES DANTAS

**2º SECRETÁRIO**  
JOSÉ CARLOS LYRA DE ANDRADE

**1º TESOUREIRO**  
ALEXANDRE HERCULANO COELHO DE SOUZA FURLAN

**2º TESOUREIRO**  
PAULO AFONSO FERREIRA

**DIRETORES**  
JORGE PARENTE FROTA JÚNIOR  
JORGE MACHADO MENDES  
IDALITO DE OLIVEIRA  
SIVALDO DA SILVA BRITO  
DAGOBERTO LIMA GODOY  
OSVALDO MOREIRA DOUAT  
LUIS EULALIO DE BUENO VIDIGAL FILHO  
CARLOS ANTÔNIO DE BORGES GARCIA  
FERNANDO DE SOUZA FLEXA RIBEIRO  
ANTONIO FÁBIO RIBEIRO  
JORGE ALOYSIO WEBER  
OLAVO MACHADO JÚNIOR  
JORGE WICKS CÔRTE REAL

**CONSELHO FISCAL**  
**EFETIVOS**  
JULIO AUGUSTO MIRANDA FILHO  
JOSÉ BRÁULIO BASSINI  
ADALBERTO DE SOUZA COELHO

**SUPLENTE**  
FERNANDO FERNANDES DE OLIVEIRA  
JORGE ANTÔNIO PEREIRA LOPES DE ARAÚJO

# AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA

## PRESTANDO CONTAS

Brasília  
2006

Ac. 3577 & 2/18296

© 2006. CNI – Confederação Nacional da Indústria.  
É autorizada a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.

**Conselho de Assuntos Legislativos – CAL**  
Presidente: Carlos Eduardo Moreira Ferreira.  
Vice-Presidente: Carlos Antônio Borges Garcia.  
Conselheiros: Alberto Alves, Fabio Starace Fonseca, Gilberto José Rossi, Gilberto Porcello Petry, Glauco José Corte, Henrique Nora, Jorge Gerdau Johannpeter, Jorge Wicks Côte Real, Luiz Augusto de Barros, Luiz Roberto Andrade Ponte, Manuel Cesário Mendes Filho, Marcio Fortes, Marcos Guerra, Newton Sérgio de Souza, Pierângelo Rossetti e Ruy de Salles Cunha.

**Diretoria Executiva – DIREX**  
Diretor-Executivo: José Augusto Coelho Fernandes.  
Diretor de Operações: Marco Antonio Reis Guarita.

**Unidade de Assuntos Legislativos – COAL**  
Gerente-Executivo: Ricardo Mariano Marcondes Ferraz.  
Gerente-Executivo Adjunto: Godofredo Franco Diniz.

FICHA CATALOGRÁFICA

C748a

Confederação Nacional da Indústria.  
Agenda Legislativa da Indústria : Prestando Contas / CNI. –  
Brasília : 2006.  
48 p.

1. Assuntos Legislativos. 2. Reforma Política. 3. Sistema Tributário. 4. Brasil. I. Título.

CDU 338(81)

**CNI**

*Confederação Nacional da Indústria*  
Setor Bancário Norte  
Quadra 1 – Bloco C  
Edifício Roberto Simonsen  
70040-903 – Brasília – DF  
Tel.: (61) 3317- 9060  
Fax: (61) 3317- 9330

*Serviço de Atendimento ao Cliente – SAC*  
Tels.: (61) 3317-9989 / 3317-9992  
sac@cni.org.br  
http://www.cni.org.br

LISTA DE SIGLAS

|       |                                                                   |
|-------|-------------------------------------------------------------------|
| CD    | Câmara dos Deputados                                              |
| SF    | Senado Federal                                                    |
| CN    | Congresso Nacional                                                |
| MPV   | Medida Provisória                                                 |
| PDC   | Projeto de Decreto Legislativo tramitando na Câmara dos Deputados |
| PDS   | Projeto de Decreto Legislativo tramitando no Senado Federal       |
| PEC   | Proposta de Emenda à Constituição                                 |
| PL    | Projeto de Lei Ordinária tramitando na Câmara dos Deputados       |
| PLC   | Projeto de Lei da Câmara tramitando no Senado Federal             |
| PLS   | Projeto de Lei Ordinária tramitando no Senado Federal             |
| PLS-C | Projeto de Lei Complementar tramitando no Senado Federal          |
| PLP   | Projeto de Lei Complementar tramitando na Câmara dos Deputados    |
| PLV   | Projeto de Lei de Conversão                                       |

Comissões da Câmara dos Deputados

|        |                                                                          |
|--------|--------------------------------------------------------------------------|
| CAINDR | Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional  |
| CAPADR | Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural |
| CCJC   | Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania                        |
| CCTCI  | Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática              |
| CDC    | Comissão de Defesa do Consumidor                                         |
| CDEIC  | Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio              |
| CDHM   | Comissão de Direitos Humanos e Minorias                                  |
| CDU    | Comissão de Desenvolvimento Urbano                                       |
| CEC    | Comissão de Educação e Cultura                                           |
| CESP   | Comissão Especial                                                        |
| CFFC   | Comissão de Fiscalização Financeira e Controle                           |
| CFT    | Comissão de Finanças e Tributação                                        |
| CLP    | Comissão de Legislação Participativa                                     |
| CMADS  | Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável                  |
| CME    | Comissão de Minas e Energia                                              |
| CPI    | Comissão Parlamentar de Inquérito                                        |
| CREDN  | Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional                     |
| CSPCCO | Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado              |
| CSSF   | Comissão de Seguridade Social e Família                                  |
| CTASP  | Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público                    |
| CTD    | Comissão de Turismo e Desporto                                           |
| CVT    | Comissão de Viação e Transportes                                         |

Comissões do Senado Federal

|     |                                                                           |
|-----|---------------------------------------------------------------------------|
| CAE | Comissão de Assuntos Econômicos                                           |
| CAS | Comissão de Assuntos Sociais                                              |
| CCJ | Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania                             |
| CDH | Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa                   |
| CDR | Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo                            |
| CE  | Comissão de Educação                                                      |
| CI  | Comissão de Serviços de Infra-Estrutura                                   |
| CMA | Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle |
| CPI | Comissão Parlamentar de Inquérito                                         |
| CRA | Comissão de Agricultura e Reforma Agrária                                 |

Comissões do Congresso Nacional

|       |                                                              |
|-------|--------------------------------------------------------------|
| CMIST | Comissão Mista                                               |
| CMO   | Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização |
| CPCM  | Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul                    |
| CPI   | Comissão Parlamentar de Inquérito                            |

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO ..... 9

INTRODUÇÃO ..... 11

PROPOSIÇÕES COM POSICIONAMENTO CONVERGENTE: ..... 14

REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA ..... 14

QUESTÕES INSTITUCIONAIS ..... 16

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA ..... 16

CUSTO DE FINANCIAMENTO ..... 17

SISTEMA TRIBUTÁRIO ..... 17

INFRA-ESTRUTURA SOCIAL ..... 18

INDICAÇÕES SETORIAIS ..... 19

PROPOSIÇÕES COM POSICIONAMENTO CONVERGENTE COM RESSALVA(S): .... 20

REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA ..... 20

QUESTÕES INSTITUCIONAIS ..... 23

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA ..... 24

CUSTO DE FINANCIAMENTO ..... 25

INFRA-ESTRUTURA ..... 25

SISTEMA TRIBUTÁRIO ..... 25

INDICAÇÕES SETORIAIS ..... 26

PROPOSIÇÕES COM POSICIONAMENTO DIVERGENTE COM RESSALVA(S): ..... 27

REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA ..... 27

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA ..... 27

INFRA-ESTRUTURA ..... 28

SISTEMA TRIBUTÁRIO ..... 28

INDICAÇÕES SETORIAIS ..... 29

PROPOSIÇÕES COM POSICIONAMENTO DIVERGENTE: ..... 30

REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA ..... 30

QUESTÕES INSTITUCIONAIS ..... 32

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA ..... 33

INFRA-ESTRUTURA ..... 37

SISTEMA TRIBUTÁRIO ..... 37

INFRA-ESTRUTURA SOCIAL ..... 38

INDICAÇÕES SETORIAIS ..... 39

# APRESENTAÇÃO

Dar conhecimento sobre a fase atual de tramitação das proposições priorizadas na Agenda Legislativa da Indústria de 2006 é o principal objetivo desse novo produto da CNI.

A crise política e o contexto especial de um ano de eleições mantiveram a visão do legislativo voltada a fatos incomuns e, mesmo com todo esse novo cenário, houve importantes deliberações do Congresso Nacional, posteriores ao lançamento da Agenda Legislativa da Indústria de 2006.

A dinâmica do processo legislativo faz com que, geralmente, uma proposição tenha o seu conteúdo bastante alterado nas Comissões Temáticas ou no próprio Plenário das Casas do Poder Legislativo. Essa realidade também se aplica a grande parte das 121 proposições da nossa Agenda Legislativa e está presente neste nosso novo documento.

O “Prestando Contas” evidencia as mudanças ocorridas em relação ao conteúdo dessas proposições, inclusive no que se refere a alguns posicionamentos do setor industrial formalizados naquela Agenda, tendo em vista a evolução das discussões relativas a certos temas.

Em casos como o de projetos referentes à reabertura do Refis (PL 5.201/2005), a normas de defesa do contribuinte (PLS 646/1999) ou ao saneamento básico (PL 5.296/2005), cujos temas passaram a ser objeto de Medidas Provisórias editadas recentemente ou por novos projetos apresentados que ganharam uma tramitação mais célere, é esclarecido o caminho de cada tramitação.

Em suma, a CNI busca reforçar o vínculo com as Federações e Associações – nossos clientes e parceiros – através da atualização da Agenda Legislativa da Indústria, no sentido de promover uma representação de interesses cada vez mais legítima, transparente e eficiente.

**Carlos Eduardo Moreira Ferreira**  
Presidente da CNI, em exercício

# INTRODUÇÃO

## Agenda Legislativa da Indústria 2006

### “PRESTANDO CONTAS”

Com o objetivo de informar nossos clientes e parceiros sobre a situação das proposições que integram a Agenda Legislativa da Indústria é que criamos o “**PRESTANDO CONTAS**”.

Esta primeira edição atualiza até 31 de julho de 2006, a situação no Congresso Nacional das 121 proposições legislativas constantes da Agenda 2006, bem como o posicionamento da Indústria em relação aos novos textos apresentados, modificações ocorridas e os fatos que interferiram no andamento das matérias.

Merecem destaque:

#### PRESTANDO CONTAS (Período de Abril a Julho de 2006)

#### QUADRO GERAL DE MOVIMENTAÇÃO:

**Crêterios:**

**Movimentação de Mérito** – votações nas Comissões ou Plenário das duas Casas;

**Movimentação Processual** – alterações que não representem encerramento da tramitação, tais como, distribuição, indicação de relator, apresentação de parecer, pedido de vistas, Audiências Públicas, inclusão em Pauta, e outras do gênero.

| Apresentaram Movimentação |                                                                  | NÃO<br>Apresentaram<br>Movimentação | TOTAL |
|---------------------------|------------------------------------------------------------------|-------------------------------------|-------|
| MÉRITO                    | PROCESSUAL                                                       |                                     |       |
| 18                        | 39<br>(sendo que 16 foram incluídas<br>em pauta sem deliberação) | 64                                  | 121   |

#### Obs – Proposições com a tramitação encerrada:

PLS 275/2005 – Lei nº 11.300 de 2006 – Convergente com ressalvas

PL 5.860/2005 – Retirado pelo Autor, Dep. Marco Maia (PT/RS) – Divergente

#### QUADRO GERAL DE MOVIMENTAÇÃO, POR TEMA:

| TEMAS                      | Apresentaram<br>Movimentação |            | Não<br>Apresentaram<br>Movimentação | Total |
|----------------------------|------------------------------|------------|-------------------------------------|-------|
|                            | Mérito                       | Processual |                                     |       |
| Regulamentação da Economia | 6                            | 12         | 15                                  | 33    |
| Questões Institucionais    | 1                            | 3          | 2                                   | 6     |
| Legislação Trabalhista     | 6                            | 5          | 17                                  | 28    |
| Custo de Financiamento     | 0                            | 1          | 1                                   | 2     |
| Infra-Estrutura            | 1                            | 0          | 3                                   | 4     |
| Sistema Tributário         | 1                            | 4          | 11                                  | 16    |
| Infra-Estrutura Social     | 0                            | 2          | 2                                   | 4     |
| Indicações Setoriais       | 3                            | 12         | 13                                  | 28    |
| Total Geral                | 18                           | 39         | 64                                  | 121   |

QUADRO DE MOVIMENTAÇÃO, POR POSICIONAMENTO:

| POSICIONAMENTO            | TRAMITANDO                |            |                               | Total |
|---------------------------|---------------------------|------------|-------------------------------|-------|
|                           | Apresentaram Movimentação |            | Não Apresentaram Movimentação |       |
|                           | Mérito                    | Processual |                               |       |
| Convergente               | 1                         | 12         | 10                            | 23    |
| Convergente com Ressalvas | 8                         | 6          | 14                            | 28    |
| Divergente com Ressalvas  | 1                         | 3          | 6                             | 10    |
| Divergente                | 8                         | 18         | 34                            | 60    |
| Total Geral               | 18                        | 39         | 64                            | 121   |

Complementando a visão geral, apontamos no quadro abaixo o posicionamento da Indústria em abril/2006 para as 121 proposições selecionadas.

QUADRO DE POSICIONAMENTO, POR TEMA (abril/2006):

| TEMA                       | Convergente | Convergente com Ressalvas | Divergente com Ressalvas | Divergente | Total | Taxa de Convergência |
|----------------------------|-------------|---------------------------|--------------------------|------------|-------|----------------------|
| Regulamentação da Economia | 7           | 13                        | 3                        | 10         | 33    | 60,6%                |
| Questões Institucionais    | 1           | 4                         | 0                        | 1          | 6     | 83,3%                |
| Legislação Trabalhista     | 3           | 3                         | 2                        | 20         | 28    | 21,4%                |
| Custo de Financiamento     | 1           | 1                         | 0                        | 0          | 2     | 100,0%               |
| Infra-Estrutura            | 0           | 1                         | 1                        | 2          | 4     | 25,0%                |
| Sistema Tributário         | 6           | 4                         | 3                        | 3          | 16    | 62,5%                |
| Infra-Estrutura Social     | 1           | 0                         | 0                        | 3          | 4     | 25,0%                |
| Indicações Setoriais       | 4           | 2                         | 1                        | 21         | 28    | 21,4%                |
| TOTAL PARCIAL              | 23          | 28                        | 10                       | 60         | 121   |                      |
| TOTAL GERAL                | 51          |                           | 70                       |            | 121   | 42,2%                |

QUADRO DE PROJETOS ESTRUTURANTES:

| PROJETOS ESTRUTURANTES                |                |              |
|---------------------------------------|----------------|--------------|
| PROJETO                               | POSICIONAMENTO | MOVIMENTAÇÃO |
| RESÍDUOS SÓLIDOS (PL 203/1991)        | C/R            | MÉRITO       |
| SANEAMENTO BÁSICO (PL 5.296/2005)     | D/R            | MÉRITO       |
| REDESIM (PL 6.529/2005)               | C/R            | MÉRITO       |
| LEI GERAL DAS MEPPS (PLP123/2004)     | C/R            | INALTERADA   |
| DEFESA DA CONCORRÊNCIA (PL5.877/2005) | C/R            | INALTERADA   |
| DEFESA DO CONTRIBUINTE (PLS646/1999)  | C/R            | INALTERADA   |
| REFORMA TRIBUTÁRIA (PEC 285/2004)     | D/R            | INALTERADA   |
| REFORMA POLÍTICA (PL 2.679/2003)      | C/R            | INALTERADA   |
| AGÊNCIAS REGULADORAS (PL3.337/2004)   | D/R            | INALTERADA   |
| AUTONOMIA DO BACEN (PLS317/2003)      | C/R            | INALTERADA   |

## PROPOSIÇÕES COM POSICIONAMENTO CONVERGENTE:

### REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA

#### PEC 31/2005 do Sen. Augusto Botelho (PDT/RR)

Determina que a criação de unidades de conservação da natureza somente poderá ser feita mediante lei.

SITUAÇÃO NA AGENDA – SF – Encontrava-se na CCJ, aguardando designação de relator(a).

**SITUAÇÃO ATUAL** – SF – Permanece na CCJ, tendo sido designado como relator o Sen. João Batista Motta (PSDB/ES), que apresentou parecer pela rejeição da PEC 31/05 e pela aprovação da PEC 86/03, com emenda. O Sen. Sibá Machado (PT/AC) apresentou voto em separado pela rejeição das duas PECs. Incluído em pauta 2 vezes.

A PEC 86/03 confere competência ao SF para examinar, previamente, as propostas do Presidente da República destinadas à criação de unidades federais de conservação da natureza. A PEC 31/05 é mais restritiva do que a PEC 86/03 quanto à possibilidade de criação de unidades de conservação da natureza – UCs – ao atingir todos os entes da federação e exigir lei para tal.

#### PL 6.960/2002 do Dep. Ricardo Fiúza (PPB/PE)

Altera o Novo Código Civil, com foco no Direito das Empresas, Contratos e Obrigações.

Obs: Apensado a este o PL 7.312/2002.

SITUAÇÃO NA AGENDA – CD – Encontrava-se na CDC, aguardando apreciação do parecer do relator, Dep. Paulo Lima (PMDB/SP), pela aprovação da proposta de alteração do § 1º do art. 1.361 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), na forma deste projeto.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Encontrava-se na CDEIC, aguardando parecer do Relator, Dep. Léo Alcântara (PSDB/CE). O projeto foi encaminhado à CDEIC em razão do não cumprimento do prazo regimental de apreciação na CDC (O parecer apresentado pelo novo relator na CDC, Dep. Luiz Antonio Fleury – PTB/SP, é apenas pela rejeição das modificações que objetivavam obrigar o registro em cartório dos contratos de financiamento de imóveis, não implicando modificação na posição do setor industrial quanto à proposição).

#### PL 1.206/2003 do Dep. Julio Lopes (PP/RJ)

Amplia as penas previstas pela não observância da Lei da Propriedade Industrial.

SITUAÇÃO NA AGENDA – CD – Encontrava-se na CCJC, aguardando apreciação do parecer do relator, Dep. Luiz Carlos Santos (PFL/SP), pela aprovação com substitutivo.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Sem deliberação na CCJC. O Dep. Maurício Rands (PT/PE) apresentou voto em separado contrário ao parecer do Relator e pela aprovação do PL 333/1999 (que também amplia as penas relativas a crimes contra a propriedade industrial).

#### PL 3.955/2004 do Dep. José Santana de Vasconcellos (PL/MG)

Possibilita às empresas industriais e agroindustriais a deduzir, em dobro – para efeito de apuração do lucro tributável pelo imposto de renda –, os gastos realizados com a aquisição e instalação de equipamentos e aparelhos destinados a evitar a poluição ambiental nas suas unidades de produção.

SITUAÇÃO NA AGENDA – CD – Encontrava-se na CMADS, aguardando designação de relator(a).

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Encontrava-se na CMADS, aguardando apreciação do parecer do Relator, Dep. João Alfredo (PSOL/CE), pela aprovação com emendas. Destaca-se a que impede as empresas condenadas por crimes ambientais ou em débito com os órgãos ambientais da União de receber os incentivos fiscais previstos.

#### PL 4.288/2004 do Dep. Celso Russomanno (PP/SP)

Estabelece que os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos serão aplicados obrigatoriamente na bacia hidrográfica onde foram gerados.

Obs: Apensado ao PL 4.308/2004.

SITUAÇÃO NA AGENDA – CD – Apensado ao PL 4.308/2004, que estava na CCJC, aguardando apreciação do parecer do relator, Dep. André de Paula (PFL/PE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com substitutivo. CME – aprovado e CFT – pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária deste projeto e do apensado.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada. O Substitutivo do Relator não inclui os recursos provenientes de multa entre os que serão aplicados na bacia. As alterações não estão de acordo com o posicionamento do setor industrial. Incluído em pauta 36 vezes.

#### PL 4.961/2005 do Dep. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)

Permite o patenteamento de substâncias ou matérias extraídas de ser vivo natural.

SITUAÇÃO NA AGENDA – CD – Encontrava-se na CMADS, aguardando apreciação do parecer do relator, Dep. Jorge Pinheiro (PL/DF), pela rejeição.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Sem deliberação na CMADS. O Dep. Hamilton Casara (PSDB/RO) apresentou voto em separado pela aprovação do projeto. Incluído em pauta por 3 vezes.

#### PL 6.060/2005 do Dep. Ivo José (PT/MG)

Cria o Programa de Apoio Creditício às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Promicro).

SITUAÇÃO NA AGENDA – CD – Encontrava-se na CDEIC aguardando apreciação do parecer do Relator, Dep. Gerson Gabrielli (PFL/BA), pela aprovação.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada. Incluído em pauta por 7 vezes.

## QUESTÕES INSTITUCIONAIS

## PLS 11/2005 do Sen. Pedro Simon (PMDB/RS)

Revoga a obrigatoriedade do reexame feito por um tribunal superior nas sentenças proferidas contra a União, os estados, o Distrito Federal, os municípios e as respectivas autarquias e fundações de direito público. O reexame também deixa de ser obrigatório nas sentenças que julgarem procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução da Fazenda Pública.

SITUAÇÃO NA AGENDA – SF – Encontrava-se na CCJ, aguardando parecer do Relator Sen. Artur Virgílio (PSDB/AM).

SITUAÇÃO ATUAL – SF – Permanece na CCJ, aguardando designação de novo Relator.

## LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

## PL 2.597/2003 do Dep. César Bandeira (PFL/MA)

Estabelece que o bloqueio de conta corrente ou a penhora de quantia nela depositada só será decretada após a comprovação de que o empregador não dispõe de outros bens suficientes para a garantia do juízo.

SITUAÇÃO NA AGENDA – CD – Tramitando em regime de urgência. Encontrava-se pronto para a Ordem do Dia de Plenário, tendo os seguintes pareceres: CTASP – pela rejeição e CDEIC – pela aprovação. Pendente de parecer da CCJC.

SITUAÇÃO ATUAL – CD – Inalterada.

## PLS 116/2003 do Sen. Sérgio Zambiasi (PTB/RS)

Possibilita que as férias sejam desdobradas em até três etapas, mediante acordo escrito, individual ou coletivo.

SITUAÇÃO NA AGENDA – SF – Encontrava-se na CAS, aguardando apreciação do parecer do Relator, Sen. Flexa Ribeiro (PSDB/PA), pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição dos apensos.

SITUAÇÃO ATUAL – CD – Encontra-se na CTASP aguardando designação de relator(a). Recebeu o nº 7.386/2006.

Obs: O Substitutivo aprovado na CAS e ratificado pelo SF retira do projeto a possibilidade de conversão de 1/3 das férias em abono pecuniário e o fracionamento das férias também para os maiores de 50 anos. Não obstante, a posição mantém-se convergente.

## PLS 76/2005 do Sen. Jefferson Péres (PDT/AM)

Autoriza a suspensão do contrato de trabalho nos casos em que a empresa apresentar impossibilidade de manter o nível da produção ou o fornecimento de serviços, em razão de crise econômico-financeira.

SITUAÇÃO NA AGENDA – SF – Encontrava-se na CAS, aguardando apreciação do parecer favorável do Relator, Sen. Mão Santa (PMDB/PI).

SITUAÇÃO ATUAL – SF – Inalterada.

## CUSTO DE FINANCIAMENTO

## PL 3.741/2000 Poder Executivo

Novas normas sobre demonstrações contábeis e financeiras para S.As e Empresas de Grande Porte.

SITUAÇÃO NA AGENDA – CD – Encontrava-se na CFT, aguardando apreciação do parecer do Relator, Dep. Armando Monteiro (PTB/PE), favorável com substitutivo. CDEIC – aprovado com substitutivo.

SITUAÇÃO ATUAL – CD – O Relator da CFT apresentou parecer acolhendo algumas das emendas de Comissão apresentadas ao seu substitutivo. Incluído em pauta por 4 vezes.

Obs: As emendas acolhidas pelo Relator da CFT ao seu substitutivo não alteram substancialmente, sendo mantida a posição favorável à sua aprovação. Das inovações, destaca-se a obrigatoriedade de publicação das demonstrações contábeis em publicações oficiais, sendo que, a critério exclusivo da companhia, as publicações poderão ser feitas no Diário Oficial do Estado ou do Distrito Federal em que for situada a sua sede ou no Diário Oficial da União. Mantém a faculdade de publicação das demonstrações de forma condensada, ficando consignado, no entanto, que a própria Comissão de Valores Mobiliários delimitará a forma e o conteúdo dessas publicações. Adicionalmente, cria-se norma de transição pela qual as novas regras propostas para a publicação de demonstrações financeiras e contábeis somente produzirão efeitos no terceiro exercício financeiro subsequente ao de publicação da Lei.

## SISTEMA TRIBUTÁRIO

## PLP 243/2001 do Dep. Chico da Princesa (PTB/PR)

Não-incidência do ICMS sobre transferência de mercadorias destinadas ao ativo permanente entre estabelecimentos do mesmo titular / Exclusão do pedágio, seguro e tarifas de embarque da base de cálculo do ICMS  
Obs: Apensado ao PLP 221/1998.

SITUAÇÃO NA AGENDA – CD – Apensado ao PLP 221/1998, que estava na CCJC, aguardando nova designação de Relator(a).

SITUAÇÃO ATUAL – CD – Inalterada.

## PLP 289/2005 do Dep. Nelson Proença (PPS/RS)

Não-incidência do ISS sobre serviços efetuados em objetos destinados à industrialização ou comercialização.

SITUAÇÃO NA AGENDA – CD – Encontrava-se na CFT, aguardando parecer do Relator, Dep. Eliseu Padilha (PMDB/RS).

SITUAÇÃO ATUAL – CD – Encontra-se na CFT aguardando parecer do novo Relator Dep. Arnaldo Madeira (PSDB/SP).

## PL 4.695/2001 do Dep. Nelson Proença (PMDB/RS)

Novas regras sobre preços de transferência entre pessoas vinculadas

SITUAÇÃO NA AGENDA – CD – Encontrava-se na CFT, aguardando parecer do Relator, Dep. Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR).

SITUAÇÃO ATUAL – CD – Inalterada.

**PL 2.991/2004 do Dep. Francisco Dornelles (PP/RJ)**

Redução da alíquota da COFINS de 7, 6% para 6,4%

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se na CFT, aguardando apreciação do parecer do Relator, Dep. Roberto Brant (PSDB/MG), pela aprovação com emenda.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada.

**PL 5.201/2005 do Dep. Gérson Gabrielli (PFL/BA)**

Securitização e reescalonamento de dívidas incluídas no REFIS.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se na CFT aguardando parecer do Relator, Dep. Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR).

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada.

**Obs:** Mediante modificação em MPV referente à correção da tabela do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF), o Congresso Nacional aprovou a reabertura do REFIS. Contudo, a inovação foi vetada pelo presidente da República. Posteriormente, foi editada a MPV 303/2006, ainda em tramitação no CN, que cria um novo Programa de Recuperação Fiscal. Pelo Programa, as empresas inadimplentes poderão pagar em 130 ou 120 meses suas obrigações com a Receita Federal, o INSS e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Para os débitos vencidos até 28 de fevereiro de 2003, o parcelamento é de 130 meses, com correção pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e desconto de 50% na multa. Para as dívidas vencidas entre março de 2003 e dezembro de 2005, é estabelecida a possibilidade de pagamento em 120 meses, mas sem desconto na multa e com correção pela Selic.

**PL 5.727/2005 do Dep. Carlos Souza (PP/AM)**

Permissão para pessoas jurídicas com débitos não-garantidos perante a União ou ao INSS distribuírem lucros para seus acionistas.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se na CDEIC, aguardando apreciação do parecer do Relator, Dep. Bernardo Ariston (PMDB/RJ), pela rejeição.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada. Incluído em pauta por 8 vezes.

**INFRA-ESTRUTURA SOCIAL****PL 873/2003 do Dep. Armando Monteiro (PTB/PE)**

Institui o Programa Nacional de Incentivo a Atividades Educacionais, Sociais e de Combate à Pobreza – PAES.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se na CSSF, aguardando apreciação do parecer do Relator, Dep. Darcísio Perondi (PMDB/RS), pela aprovação.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada.

**INDICAÇÕES SETORIAIS****PEC 516/2002 do Dep. Jair Meneguelli (PT/SP)**

Veda a instituição de impostos sobre medicamentos incluídos em programas governamentais de assistência farmacêutica, definidos em lei.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se na CCJC, aguardando apreciação do parecer do Relator, Dep. Jamil Murad (PC do B/SP), pela admissibilidade.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada.

**PLP 183/2001 do Dep. Paulo Gouvêa (PFL/SC)**

Serviços próprios do setor gráfico não serão gravados ao mesmo tempo pelo ICMS e pelo ISS. Não incidência do ISS sobre os serviços de incorporação imobiliária a preço global ou direta. (Substitutivo do Senado Federal)

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se pronto para a Ordem do Dia do Plenário, tendo os seguintes pareceres (ao Substitutivo do Senado Federal): CFT – pela não implicação desse projeto, em aumento ou diminuição da despesa ou da receita pública da União, não cabendo pronunciamento quanto à sua adequação ou compatibilidade financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação do substitutivo e rejeição dos itens 3.06; 7.09; 9.04; 17.25 do art. 2º do substitutivo; e pela rejeição parcial do art. 1º e dos itens 7.02; 10.05; 19; 19.02 e 26.01 do art 2º, do Voto em Separado apresentado pelo Dep. José Pimentel (PT/CE) e outros, pela rejeição, e do Voto em Separado apresentado pelo Dep. Eduardo Cunha (PMDB/RJ), favorável com substitutivo; e da CCJC – Relator Dep. Carlos Mota (PL/MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada.

**PLS 411/2005 do Sen. Gilberto Goellner (PFL/MT)**

Estabelece que contribuições sociais devidas pela agroindústria previstas no art. 22-A da Lei nº 8.212/91, não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação de produtos comercializados a partir de dezembro de 2001. Suspende a incidência dessas contribuições, no caso da comercialização interna de produtos, com finalidade de exportação, com pessoa jurídica preponderantemente exportadora.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – SF – Encontrava-se na CAS, aguardando parecer da Sen. Maria do Carmo Alves (PFL/SE).

**SITUAÇÃO ATUAL** – SF – Encontra-se na CAS, aguardando apreciação do parecer da Relatora pela rejeição do projeto.

**PL 5.800/2005 do Dep. Manoel Salviano (PSDB/CE)**

Estabelece que a renovação da Certificação de Boas Práticas de Fabricação no setor farmacêutico (item 4.3 do anexo da MP), concedido pela Anvisa, será de dois em dois anos e não mais anualmente.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se na CSSF, aguardando apreciação do parecer do Relator, Dep. Jorge Alberto (PMDB/SE), pela aprovação.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada.

## PROPOSIÇÕES COM POSICIONAMENTO CONVERGENTE COM RESSALVA(S):

### REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA

#### MPV 2.186-16/2001 do Poder Executivo

Acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional e ao conhecimento tradicional associado.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CN – Aguardava deliberação do Congresso Nacional.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CN – Inalterada.

#### PLP 12/2003 do Dep. Sarney Filho (PV/MA)

Fixa normas para a cooperação entre União, estados, DF e municípios no que se refere às competências comuns visando à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição e à preservação das florestas, da fauna e da flora. Define as competências dos órgãos federais, estaduais, do DF e municipais integrantes do Sisnama.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se na CAPADR, aguardando parecer do relator, Dep. Moacir Micheletto (PMDB/PR).

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada.

#### PLP 22/2003 do Dep. Vander Loubet (PT/MS) e PLP 76/2003 do Poder Executivo

Os projetos criam a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Amazônia (Sudam). – Substitutivos do Senado Federal.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – PLP 22/2003 – CD – Encontrava-se na CESP, aguardando parecer da Relatora, Dep. Ann Pontes (PMDB/PA) ao substitutivo do Senado Federal.

**SITUAÇÃO ATUAL** – PLP 22/2003 – CD – Encontra-se aguardando inclusão em Ordem do Dia do Plenário, tendo parecer da CESP, favorável ao Substitutivo do Senado Federal, com emendas redacionais, que não têm o condão de modificar o posicionamento.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – PLP 76/2003 – CD – Encontrava-se na CESP, aguardando apreciação do parecer do Relator, Dep. Zezéu Ribeiro (PT/BA) ao substitutivo do Senado Federal, favorável com alterações.

**SITUAÇÃO ATUAL** – PLP 76/2003 – CD – Encontra-se aguardando inclusão em Ordem do Dia do Plenário, tendo parecer da CESP, favorável ao Substitutivo do Senado Federal, com emendas, que não modificam o posicionamento.

#### PLP 123/2004 do Dep. Jutahy Júnior (PSDB/BA)

Cria Lei Geral para as Micro e Pequenas Empresas.

Obs: Apensados a este os PLPs 125/2004, 155/2004, 156/2004, 210/2004, 239/2005, 245/2005 e 299/2005.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se no Plenário, para votação em primeiro turno, tendo pareceres: da CDEIC pela aprovação deste projeto e do PLP 125/2004, apensado, com substitutivo (Relator Dep. Bismark Maia – PSDB/CE); e da CESP pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa, adequação financeira e orçamentária deste e dos apensados; e, no mérito, pela aprovação deste e dos de nº 125, 192, 209 e 210, de 2004, e 292/05, apensados, com substitutivo, e pela rejeição dos de nº 155, 156, 204, 215, 223 e 229, de 2004, 235, 239, 245, 299, 303, 320 e 321 de 2005, apensados (Relator Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR).

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada. Incluído em Ordem do Dia do Plenário por 22 vezes. Aguarda votação de Requerimento de Urgência (incluído na Ordem do Dia por 11 vezes).

**Obs:** Após a aprovação com substitutivo na CESP, o Relator Dep. Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR), já apresentou duas versões de Emenda Substitutiva Aglutinativa: uma em 22/3/06 e outra em 8/6/06. As versões de emendas aglutinativas buscavam alcançar um maior consenso político para a votação da proposta em plenário, contudo, não superaram os graves problemas já detectados no substitutivo aprovado pela CESP.

#### PLP 184/2004 do Poder Executivo

Cria a Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste (Sudeco), que abrangerá os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e o Distrito Federal.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se no Plenário, pronto para a Ordem do Dia, tendo parecer da CESP – Relator Dep. Sandro Mabel (PL/GO) – favorável com substitutivo.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada.

#### PLS 32/2006 Complementar dos Senadores Renan Calheiros (PMDB/AL) e Fernando Bezerra (PTB/RN)

Extingue a cobertura cambial nas exportações

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – SF – Encontrava-se na CAE, aguardando parecer do relator, Sen. Aloizio Mercadante (PT/SP).

**SITUAÇÃO ATUAL** – SF – Inalterada.

#### PL 203/1991 (PLS 354/1989 do Sen. Francisco Rollemberg — PMN/SE)

Institui a Política Nacional de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, seus objetivos, fundamentos e instrumentos.

Obs: Apensados a este 77 projetos.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se na CESP, aguardando apreciação do parecer do relator, Dep. Ivo José (PT/MG), favorável com substitutivo.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Encontra-se no Plenário, aguardando apreciação do substitutivo aprovado na CESP. O substitutivo aprimora o projeto ao responsabilizar também o consumidor final pelos resíduos por ele gerados e prever acordos setoriais voluntários, em que as metas para o retorno de produtos descartados pós-consumo serão estabelecidas com adesão das empresas, sempre em caráter voluntário. As demais ressalvas do posicionamento da Agenda estão mantidas.

**PL 4.082/2004 do Dep. Ronaldo Vasconcellos (PTB/MG)**

Estabelece que a compensação por significativo impacto ambiental deverá ter como limite máximo 5% do custo total do empreendimento, e como limite mínimo 0,5% desse custo.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se na CME, aguardando parecer do relator Dep. Mauro Passos (PT/SC).

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada. Realizada audiência pública, na CME, para discutir o projeto.

**PL 4.291/2004 (PLS 189/2003 do Sen. Eduardo Suplicy – PT/SP)**

Dispõe sobre a participação do Brasil nas negociações comerciais multilaterais.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se na CREDN, aguardando designação de Relator(a). CDEIC – aprovada.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Encontra-se na CCJC aguardando parecer do Relator Dep. Antônio Carlos Biscaia (PT/RJ), após ter sido aprovada na CREDN sem alterações. Mantidas as ressalvas apontadas para o projeto.

**PL 5.877/2005 do Poder Executivo**

Propõe a reestruturação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC).

Obs: Apensado ao PL 3.937/2004.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Apensado ao PL 3.937/2004, que estava aguardando constituição de CESP.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada.

**PL 6.370/2005 do Poder Executivo**

Reestrutura o modelo jurídico de organização dos “Portos Secos”. Revoga a necessidade de sujeição dos Portos Secos ao regime de concessões e permissões dos serviços públicos.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se no Plenário, em regime de urgência, tendo parecer da CESP proferido em Plenário – relator, Dep. Edinho Montemor (PSB/SP) – favorável com substitutivo acolhendo integralmente as emendas de Plenário nº 1, 9, 12, 20, 22, 25, 29 e 30 e, parcialmente, as de nº 3, 10, 11, 16, 17 e 21.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada. O substitutivo da CESP aprimorou a proposta. A ressalva quanto à disponibilização de pessoal necessário ao funcionamento dos Portos Secos ficar a critério do Poder Executivo foi resolvida mediante fixação de prazo para tal. O valor do ressarcimento ao FUNDAF foi reduzido (de R\$ 115,00 para R\$ 45,00). Além disso, o substitutivo fixa regra de transição para os Portos Secos que estejam funcionando por força de medida judicial, possibilitando que migrem voluntariamente do atual regime de concessão e permissão para o de exploração com base em licença. Incluído em Ordem do Dia por 47 vezes.

**PL 6.529/2006 do Poder Executivo**

Cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM).

Obs: Apensado ao PL 4.345/2004.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Apensado ao PL 4.345/2004, que estava na CDEIC, aguardando parecer do relator, Dep. Lupércio Ramos (PMDB/AM).

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Encontra-se na CCJC, aguardando parecer do relator Dep. Inaldo Leitão (PL/PB). A CDEIC aprovou o substitutivo do Relator Dep. Lupércio Ramos. A principal inovação do novo texto é a vedação de exigência de comprovação da regularidade tributária, previdenciária, ou trabalhista para os atos de registro, inscrição, alteração e baixa de empresas. Ainda assim, ficam mantidas as ressalvas apontadas na posição. Também na CDEIC, foi realizada audiência pública com a presença de representante da CNI.

## QUESTÕES INSTITUCIONAIS

**PEC 511/2006 (PEC 72/2005 do Sen. Antônio Carlos Magalhães – PFL/BA)**

Prevê que as medidas provisórias só terão força de lei depois de aprovada a sua admissibilidade pela comissão competente para examinar a constitucionalidade e proíbe a sua edição em matéria relativa a tributos, salvo a sua redução ou extinção.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Aguardava despacho inicial.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Encontra-se na CCJC aguardando parecer do Relator Dep. José Eduardo Cardozo (PT/SP).

**Obs:** O texto aprovado no SF suprime o dispositivo que proibia a edição de medida provisória sobre contratos. Isso prejudica em parte a intenção de limitar as matérias passíveis de edição de MPVs. Mantido o posicionamento.

**PL 2.679/2003 da Comissão Especial de Reforma Política da Câmara dos Deputados (REFPOLIT)**

Altera a legislação eleitoral, introduzindo as seguintes inovações: I – cria federações partidárias; II – proíbe coligações nas eleições proporcionais (deputados federais, estaduais e vereadores), à exceção da eleição majoritária (presidente, governador e prefeito); III – institui a cláusula de barreira; IV – restringe a propaganda eleitoral e horários para a realização de comícios; V – estabelece o financiamento público de campanhas.

Obs: Apensado ao PL 5.268/2001.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Apensado ao PL 5.268/2001, que estava aguardando leitura e posterior inclusão em Ordem do Dia de Plenário, tendo parecer da CFT – aprovado com emenda, e da CCJC – pela rejeição deste e favorável ao PL 2.679/2003, apensado.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada.

**PLS 182/2004 do Sen. Marcos Guerra (PSDB/ES)**

Fixa mecanismos para o andamento mais célere dos processos administrativos no caso de omissão de atos ou ausência de pareceres e laudos técnicos de competência da Administração Pública.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – SF – Encontrava-se na CCJ, aguardando parecer do Relator Sen. Aloizio Mercadante (PT/SP).

**SITUAÇÃO ATUAL** – SF – Inalterada.

**PL 5.855/2005 (PLS 275/2005 do Sen. Jorge Bornhausen – PFL/SC)**

Regula a propaganda, financiamento e prestação de contas das despesas com campanhas eleitorais. Estabelece que o candidato será solidariamente responsável, com a pessoa por ele indicada, pela veracidade das informações financeiras e contábeis de sua campanha.

Obs: Apensado a este o PL 5.691/2005.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se em Plenário, aguardando a continuação da votação, em regime de urgência, dos destaques oferecidos ao substitutivo da CFT.

**SITUAÇÃO ATUAL** – Transformado na Lei nº 11.300/2006 com vetos. A Lei, não obstante estabeleça medidas que reduzirão os gastos de campanha, mantém a situação atual ao permitir que os partidos políticos fixem os limites desses gastos caso uma lei não o faça até 10 de junho do ano eleitoral. Destaca-se que alguns dispositivos foram vetados pelo Presidente da República, entre eles, o que trazia restrições em relação a programas eleitorais de rádio e televisão. O TSE decidiu que a fixação dos limites de gastos de campanha por lei somente valerá para as próximas eleições. A Lei, portanto, não implica alteração da posição de convergência com ressalva, uma vez que manteve a proibição genérica de distribuição de camisetas, bonés, chaveiros e outros produtos, prejudicando as pequenas e microempresas.

## LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

**PL 980/2003 do Dep. Murilo Zauith (PFL/MS)**

Veda o fornecimento de tíquetes e vales-refeição ou alimentação. O pagamento do benefício poderá ser *in natura* ou em espécie.

Obs: Apensados a este os PLs 4.722/2004 e 6.088/2005.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se na CTASP, aguardando parecer do Relator, Dep. Jovair Arantes (PTB-GO).

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada.

**PL 4.302/1998 do Poder Executivo**

Estabelece regras para a prestação de serviços a terceiros. Responsabilidade subsidiária da empresa contratante pelas obrigações trabalhistas e pelo recolhimento das contribuições previdenciárias. (Substitutivo do Senado Federal)

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Tramitando em regime de urgência (Substitutivo do SF). Encontra-se simultaneamente nas CCJC (Relator Dep. Nelson Pelegrino – PT/BA) e na CTASP (Relator Dep. Sandro Mabel – PL/GO).

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada.

**Obs:** Permanece pendente de apreciação a mensagem do autor (Poder Executivo), encaminhada em 20/8/2003, solicitando a retirada do projeto.

**PL 4.330/2004 do Dep Sandro Mabel (PL/GO)**

Regula o contrato de prestação de serviço e as relações de trabalho dele decorrentes. A empresa contratante será subsidiariamente responsável pelas obrigações trabalhistas.

Obs: Apensado a este o PL 5.439/2005.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se na CDEIC, aguardando apreciação do parecer do Relator, Dep. Reinaldo Betão (PL/RJ), pela aprovação deste e das emendas nº 1, 2, 5 e 12, e pela rejeição das demais.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Encontra-se na CTASP, aguardando designação de Relatoria. Aprovado na CDEIC com emendas, entre as quais, destacam-se: a) a empresa prestadora de serviços a terceiros será “*pessoa jurídica*”, e não, como previa o texto de origem, “*sociedade empresária*”; b) substitui a expressão “*atividades inerentes, acessórias ou complementares à atividade econômica da contratante*” por “*atividades-meio*” e “*atividades-fim*” quanto à atividade objeto do contrato de prestação de serviços; c) suprime a previsão de que a lei proposta não se aplicará às empresas de vigilância e transporte de valores. O texto aprovado superou praticamente todas as inconveniências identificadas no projeto de origem. A única ressalva que se manteve é referente à possibilidade de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho imobilizar metade do capital social da empresa prestadora de serviços. Apesar de ter sido apresentada emenda supressiva para esse dispositivo, a Comissão não a acolheu.

## CUSTO DE FINANCIAMENTO

**PLS 317/2003 Complementar do Sen. Rodolpho Tourinho (PFL/BA)**

Autonomia do Banco Central.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – SF – Encontrava-se na CCJ, aguardando parecer do Relator, Sen. Tasso Jereissati (PSDB/CE).

**SITUAÇÃO ATUAL** – SF – Inalterada.

## INFRA-ESTRUTURA

**PLS 226/2005 do Sen. Rodolpho Tourinho (PFL/BA)**

Nova política energética para o gás natural.

Obs: Tramita em conjunto com os PLSs 100 e 101/2004.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – SF – Encontrava-se na CCJ, aguardando apreciação do parecer do Relator, Sen. Eduardo Azeredo (PSDB/MG), favorável com substitutivo.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – SF – Encontra-se na CI aguardando designação de Relator. Aprovado na CCJ com emenda substitutiva que não trouxe modificações que atendam aos interesses do setor industrial, mantendo-se as ressalvas quanto ao atendimento das demandas dos grandes consumidores. Aprovada na CAE a emenda substitutiva da CCJ com subemendas, que também não alteram o posicionamento original.

## SISTEMA TRIBUTÁRIO

**PEC 578/2002 do Dep. Moreira Ferreira (PFL/SP) e outros**

Definição de normas constitucionais sobre a justiça administrativa fiscal.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Estava na CCJ, aguardando apreciação do parecer do Relator, Dep. José Eduardo Cardozo (PT/SP), pela inadmissibilidade.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada.

**PLS 646/1999 Complementar do Sen. Jorge Bornhausen (PFL/SC)**

Criação de um código de defesa do contribuinte.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – SF – Encontrava-se na CAE, para reexame da matéria, aguardando parecer do Relator, Sen. Ramez Tebet (PMDB/MS). CCJ – aprovado com emendas; CAE – aprovado com emendas e adotando as emendas da CCJ. Emendas de Plenário: CCJ – favorável com subemendas de redação; CAE – favorável com emendas e com subemendas de redação.

**SITUAÇÃO ATUAL** – SF – Inalterada.

**Obs:** Dispositivos relativos à proteção do contribuinte no que se refere ao recolhimento de tributos também estão sendo tratados no substitutivo apresentado ao PLC 20/2006 na CAE (Super Receita).

## CONVERGENTE COM RESSALVA(S)

### PL 5.250/2005 (PLS 245/2004 do Sen. Fernando Bezerra – PTB/RN)

Parcelamento de Débitos Tributários na recuperação judicial.

Obs: Apensados a este os PLs 246/2003, 6.028/2005 e 6.447/2005.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se aguardando constituição de CESP.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada.

### PLC 20/2006 (PL 6.272/2005 do Poder Executivo)

Criação da Receita Federal do Brasil.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – SF – Encontrava-se, tramitando em regime de urgência, simultaneamente na CAE – Relator Sen. Rodolpho Tourinho (PFL/BA) e na CCJ – aguardando designação de Relator(a).

**SITUAÇÃO ATUAL** – SF – Encontra-se tramitando em regime de urgência, simultaneamente na CAE e na CCJ, aguardando apreciação do parecer do Relator Sen. Rodolpho Tourinho (PFL/BA), favorável acolhendo algumas emendas; e na CCJ, ainda sem Relator.

**Obs:** O parecer do Relator da CAE, Sen. Rodolpho Tourinho, incorpora vários dispositivos de proteção do contribuinte contra atos e decisões do fisco: fixa prazo de 180 dias para o encerramento dos procedimentos de fiscalização em matéria tributária e previdenciária; de 360 dias o prazo máximo para que seja proferida a decisão administrativa nos processos; prazo mínimo de 90 dias para exigibilidade de atos normativos da Receita; prazo de seis meses para que sejam proferidas as decisões relativas à restituição de quantias recolhidas a título de tributos ou contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, inclusive dos créditos do IPI e da COFINS.

## INDICAÇÕES SETORIAIS

### PLC 83/2005 (PL 936/2003 do Dep. Rogério Silva – PPS/MT)

Altera a redação do art. 618 do Código Civil para elevar de 5 para 10 anos a responsabilidade do empreiteiro pela solidez e segurança do trabalho, nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – SF – Encontrava-se na CCJ, aguardando parecer do Relator, Sen. Aloizio Mercadante (PT/SP).

**SITUAÇÃO ATUAL** – SF – Inalterada.

### PL 3.057/2000 do Dep. Bispo Wanderval (PL/SP)

Institui Lei de Responsabilidade Territorial Urbana, que disciplinará o parcelamento do solo para fins urbanos e a regularização fundiária sustentável de áreas urbanas.

Obs: Apensados a este os PLs 5.499/2001, 5.894/2001, 6.180/2002, 6.220/2002, 550/2003, 754/2003, 1.001/2003, 2.454/2003 e 2.699/2003.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se na CCJC, aguardando parecer do Relator, Dep. José Eduardo Cardozo (PT/SP). CDU – aprovado com substitutivo.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Constituída CESP, onde aguarda parecer do Relator Dep. Barbosa Neto (PSB/GO).

## PROPOSIÇÕES COM POSICIONAMENTO DIVERGENTE COM RESSALVA(S):

## REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA

### PL 3.337/2004 do Poder Executivo

Fixa regras de gestão, organização e mecanismos de controle social para as agências reguladoras e transfere para os ministérios a que estão vinculadas ações que, hoje, são de sua competência.

Obs: Apensado ao PL 2.633/2003 e apensados a este os PLs 2.057/2003 e 2.760/2003.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Apensado ao PL 2.633/2003, que estava na CESP, aguardando apreciação do parecer do relator, Dep. Leonardo Picciani (PMDB/RJ), pela rejeição do PL 2.633/2003, pela aprovação do PL 3.337/2004, e pela aprovação parcial dos PLs 2.057 e 2.760, de 2003, com substitutivo, acolhendo neste as emendas nºs 20, 23, 24, 25 e 123 integralmente, e as de números 3, 8, 9, 13, 15, 17, 26, 27, 34, 38, 39, 56, 59, 64, 67, 72, 73, 81, 82, 83, 86, 87, 89, 90, 92, 108, 109, 110, 116, 118, 121, 126, 135, 136 e 137, parcialmente, e pela rejeição das demais.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada.

### PL 6.264/2005 (PLS 213/2003 do Sen. Paulo Paim – PT/RS)

Institui o Estatuto da Igualdade Racial

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se aguardando constituição de CESP.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada.

### PDC 1.630/2005 do Dep. Antônio Carlos Pannunzio (PSDB/SP)

Susta o Memorando de Entendimento entre o Brasil e a China sobre cooperação em matéria de comércio e investimento em que o Brasil declara reconhecer o *status* de economia de mercado da China.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se na CREDN, aguardando designação de Relator(a).

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Permanece na CREDN, aguardando parecer do Relator Dep. André Costa (PDT/RJ). Realizada Audiência Pública para a discussão do tema no SF com a participação de representante da CNI.

## LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

### PLP 208/2004 do Dep. Eduardo Valverde (PT/RO)

Obriga a empresa que provocar transformações significativas de modernização a ajustar com o sindicato profissional majoritário medidas compensatórias e preventivas para sanar possível redução ou eliminação de postos de trabalho.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se na CCTCI, aguardando apreciação do parecer do Relator, Dep. Durval Orlato (PT/SP), pela rejeição.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada. Incluído em pauta por uma vez.

**PL 1.528/1989 do Dep. Jones Santos Neves (PL/ES)**

Dispõe sobre a organização sindical, estabelecendo regras acerca da estrutura, composição e atribuições das entidades e de seus órgãos. Reconhece as Centrais Sindicais, atribuindo-lhes papel institucional e político.

Obs: Apensados a este os PLs 3.408/1989, 4.911/1990, 4.967/1990, 38/1991, 60/1991, 264/1991, 646/1991, 830/1991, 2.585/1992, 3.267/1992, 3.107/2004, 4.554/2004 e 5.275/2005.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se na CTASP, aguardando apreciação do parecer do Relator, Dep. Tarcísio Zimmermann (PT/RS), pela aprovação deste e dos apensos com substitutivo. CCJC – aprovado.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada.

**INFRA-ESTRUTURA****PL 5.296/2005 do Poder Executivo**

Institui as diretrizes para os serviços públicos de saneamento básico e para a Política Nacional de Saneamento Básico (PNS).

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Apensado ao PL 1.144/2003, que se encontra na CESP, aguardando apreciação do parecer do Relator, Dep. Júlio Lopes (PP/RJ), favorável com substitutivo.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada.

**Obs:** Foi criada Comissão Especial Mista (CMIST) para sistematizar os projetos sobre o tema. O Substitutivo aprovado na CMIST, de autoria do Dep. Júlio Lopes (PP/RJ), transformou-se em nova proposta – PLS 219/06, já aprovado no Plenário do SF. Encaminhado à CD recebeu o número PL 7361/2006, o qual aguarda despacho. O parecer aprovado na CMIST e no Plenário do Senado (PLS 219/06) aprimorou de forma significativa os projetos nos seguintes aspectos: a) ameniza o “controle social” dos serviços públicos de saneamento básico, tornando facultativa a inclusão de órgãos colegiados (estaduais, do DF e municipais) para participar desse controle, cujo caráter será consultivo; b) estabelece regras mais claras e garantias de reajuste quanto à política tarifária; c) institui o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA), excluindo os dispositivos do PL 5.296/05 que tratavam do Sistema Nacional de Saneamento Básico (Sisnasa). Mantém, porém, em aberto o tratamento da titularidade dos serviços de saneamento básico.

**SISTEMA TRIBUTÁRIO****PEC 57/2004 do Sen. Tasso Jereissati (PSDB/CE)**

Criação de CPMF permanente com alíquota de 0,08%.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – SF – Encontrava-se na CCJ, aguardando parecer do Relator, Sen. Rodolpho Tourinho (PFL/BA).

**SITUAÇÃO ATUAL** – SF – Inalterada.

**PEC 285/2004 do Poder Executivo**

Reformulação do ICMS

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se pronto para a Ordem do Dia de Plenário, para discussão em primeiro turno, tendo parecer da CCJC, pela admissibilidade quando da apreciação da PEC 228/2004 com emendas, e da CESP, pelo desmembramento da de nº 255/2004 nesta e na de nº 293/2004, acompanhadas das respectivas emendas referentes aos dispositivos nela contidos; pela aprovação com emendas.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada. Incluído na Ordem do Dia do Plenário por 35 vezes.

**Obs:** Foram disponibilizadas neste ano versões de emendas aglutinativas que buscavam alcançar um maior consenso político para a votação da proposta em plenário. Contudo, essas versões não superaram os graves problemas já detectados no substitutivo aprovado pela CESP.

**PEC 9/2005 do Sen. João Batista Motta (PMDB/ES)**

Incidência do ICMS, das contribuições sociais e da CIDE sobre exportação de produtos primários e semi-elaborados / Não-incidência de tributos sobre obras públicas de infra-estrutura

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – SF – Encontrava-se na CCJ, aguardando apreciação do parecer do Relator, Sen. Demóstenes Torres (PFL/GO), pela aprovação com emenda.

**SITUAÇÃO ATUAL** – SF – Inalterada.

**INDICAÇÕES SETORIAIS****PL 6.011/2005 do Dep. Vittorio Mediolli (PV/MG)**

A advertência “não contém glúten” deverá vir acompanhada do símbolo internacional que caracteriza os alimentos isentos de glúten.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se na CDEIC, aguardando apreciação do parecer do Relator, Dep. Fernando de Fabinho (PFL/BA), favorável com substitutivo.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Encontra-se na CSSF aguardando parecer do Relator, Dep. Osmar Terra (PMDB/RS). Aprovado substitutivo na CDEIC. Mantido o posicionamento.

## PROPOSIÇÕES COM POSICIONAMENTO DIVERGENTE:

### REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA

#### PL 4.558/1998 do Dep. Feu Rosa (PSDB/ES)

Estabelece um sistema nacional para a concessão de selo ambiental para embalagens, visando promover a comercialização e a utilização daquelas que tenham menor potencial de impacto ambiental e informar o consumidor sobre esse potencial.

Obs: Apensado a este o PL 2.484/2000.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se na CCJC, aguardando apreciação do parecer do relator, Dep. Custódio Mattos (PSDB/MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo, e, no mérito, pela rejeição deste e pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PL 2.484/2000, apensado. CEIC – aprovado e CDCMAM – aprovado.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada.

#### PL 139/1999 do Dep. Alberto Goldman (PSDB/SP)

Permite a livre importação, para comercialização no País, de produtos que tenham sido colocados no mercado externo pelo titular de patente.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se na CDEIC, aguardando apreciação do parecer do relator, Dep. Léo Alcântara (PSDB/CE), pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição dos PLs 3.562/2000, 7.066/2002 e 303/2003, apensados.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Permanece na CDEIC, tendo o Relator reformulado seu parecer concluindo pela aprovação deste com emenda e pela rejeição dos apensados. Incluído em pauta por 2 vezes. Na CSSF, foi rejeitado. A Emenda do Relator na CDEIC, não altera a nossa posição.

#### PLC 107/2003 (PL 3.285/1992 do Dep. Fábio Feldmann — PSDB/SP)

Amplia a definição do Bioma Mata Atlântica e proíbe, nos casos que especifica, o corte e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração desse Bioma.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – SF – Encontrava-se no Plenário do Senado, aguardando leitura do parecer da CCJ – Relator Sen. César Borges (PFL/BA) – pela aprovação do projeto com emendas.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Encontra-se no Plenário da Câmara, pendente de pareceres da CMADS e da CCJC às Emendas aprovadas pelo SF (tramitando em regime de urgência). O texto aprovado no SF trouxe modificações prejudiciais ao setor produtivo – restringe o direito de indenização dos proprietários, que só poderá ser exercido quando as vedações e limitações impostas impossibilitarem, “*de forma completa e concreta*”, todo o uso econômico direto e indireto do imóvel. Incluído em Ordem do Dia 43 vezes.

#### PL 937/2003 do Dep. Deley (PV/RJ)

Prevê que o órgão licenciador poderá estabelecer condições extraordinárias para a concessão da licença ambiental (contratação de seguro por dano ambiental; realização de auditoria ambiental; contratação de técnicos especializados em meio ambiente), sem prejuízo de outras exigências estabelecidas no âmbito do processo de licenciamento.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se na CCJC, aguardando apreciação do parecer do relator, Dep. Marcelo Ortiz (PV/SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto. CDCMAM – aprovado.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada.

#### PL 1.016/2003 do Dep. Renato Casagrande (PSB/ES)

Obriga que o fabricante de produto comercializado em embalagem descartável destine 10% do valor despendido com a propaganda comercial do respectivo produto à educação ambiental.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se na CEC, aguardando apreciação do parecer do relator, Dep. Severiano Alves (PDT/BA), pela aprovação deste, nos termos do substitutivo da CDEIC. CDEIC – aprovada com substitutivo e CMADS – aprovada nos termos do substitutivo adotado pela CDEIC.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada.

#### PL 1.254/2003 do Dep. César Medeiros (PT/MG)

Estabelece que os órgãos do Sisnama responsáveis pelo licenciamento devem exigir auditorias ambientais periódicas das empresas ou entidades responsáveis por obras ou atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental ou utilizadoras de recursos ambientais em seu processo de produção. Fixa, ainda, que os custos de realização das auditorias serão suportados pelos empreendedores.

Obs: Apensado a este o PL 1.834/2003.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se na CMADS, aguardando parecer do relator Dep. Leonardo Monteiro (PT/MG). CDEIC – rejeitada.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada.

#### PL 3.559/2004 do Dep. Raul Jungmann (PPS/PE)

Inclui a análise do risco ambiental nas decisões de crédito de médio e longo prazo no Brasil, criando mecanismos de seguro para cobertura de danos ao meio ambiente.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se na CFT, aguardando parecer do relator, Dep. Félix Mendonça (PFL/BA). CMADS – rejeitada.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada.

**PL 3.729/2004 do Dep. Luciano Zica (PT/SP) e outros**

Disciplina o processo de licenciamento ambiental, regulamenta o Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EPIA) e institui a Taxa de Licenciamento Ambiental Federal. Define empreendimentos potencialmente causadores de significativa degradação do meio ambiente os assim considerados pelo licenciador; os incluídos em relação estabelecida por resolução do Conama e os incluídos em relação estabelecida pelos estados ou pelo DF.

Obs: Apensados a este os PLs 3.957/2004, 5.435/2005 e 5.576/2005.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se na CMADS, aguardando parecer do relator, Dep. César Medeiros (PT/MG).

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada.

**PL 3.902/2004 do Dep. Ronaldo Vasconcellos (PTB/MG)**

Institui a Política Nacional de Mudanças Climáticas (PNMC), prevendo a redução progressiva das emissões de gases de efeito estufa no território brasileiro, bem como o estímulo à sua captura e estocagem. Dispõe também sobre a Política de Substituição Gradativa dos Combustíveis Fósseis (PSGCF) e cria o Fundo de Incentivo às Fontes Renováveis de Energia (FIFRE).

Obs: Apensado a este o PL 5.067/2005.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontra-se aguardando constituição de CESP.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada.

**PL 6.199/2005 do Dep. Nazareno Fonteles (PT/PI)**

Reduz o prazo de vigência da patente de invenção para 10 anos e a de modelo de utilidade para 7 anos

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se na CDEIC, aguardando parecer do relator, Dep. Benedito Dias (PP/AP).

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada.

**QUESTÕES INSTITUCIONAIS****PL 4.891/2005 do Dep. Nelson Marquezelli (PTB/SP)**

Regulamenta a profissão de árbitro e mediador, estabelecendo uma série de regramentos para a organização da profissão.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se na CTASP, aguardando designação de Relator(a).

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Encontra-se na CTASP aguardando parecer do Relator Dep. Jovair Arantes (PTB/GO).

**LEGISLAÇÃO TRABALHISTA****PEC 75/2003 do Sen. Paulo Paim (PT/RS)**

Reduz a jornada semanal de trabalho de 44 para 36 horas.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – SF – Encontrava-se na CCJ, aguardando apreciação do parecer do Relator, Sen. Marcelo Crivella (PL/RJ), pela aprovação.

**SITUAÇÃO ATUAL** – SF – Inalterada.

**PLP 8/2003 do Dep. Maurício Rands (PT/PE)**

Determina que o empregador somente poderá despedir o empregado por justo motivo objetivo ou por justo motivo subjetivo, os quais define, sob pena de o empregado ser reintegrado ou indenizado.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se na CTASP, aguardando nova designação de Relator(a).

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada.

**PL 7.077/2002 (PLS 77/2002 do Sen. Moreira Mendes – PFL/RO)**

Institui a Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT), que será fornecida por órgão competente da Justiça do Trabalho.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se na CCJC, aguardando apreciação do parecer do Relator, Dep. Luiz Couto (PT/PB), favorável ao projeto e contrário às emendas apresentadas na Comissão. CTASP – aprovado.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada.

**PLC 17/2004 (PL 7.122/2002 do Dep. Dr. Rosinha – PT/PR)**

Estabelece prescrição de 20 anos para a ação de reparação relativa a acidente do trabalho ou a doença ocupacional.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – SF – Encontrava-se na CCJ, aguardando apreciação do parecer do Relator, Sen. Romero Jucá (PMDB/RR), pela rejeição.

**SITUAÇÃO ATUAL** – SF – Inalterada.

**PL 5.746/2005 (PLS 19/2003 do Sen. Marcelo Crivella – PL/RJ)**

Reduz de 60 kg para 30 kg o peso máximo que um empregado pode remover, individualmente.

Obs: Apensado a este o PL 6.130/2005.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se na CAPADR, aguardando designação de Relator(a).

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Encontra-se na CAPADR, aguardando parecer do Relator Dep. Zonta (PP/SC).

**PL 1.003/1988 do Dep. Paulo Paim (PT/RS)**

Inserir entre as atividades especiais (insalubre ou perigosa) a atividade penosa. Amplia o rol de agentes agressivos que caracterizam atividades ou operações perigosas. O adicional será calculado sobre a remuneração de ingresso da categoria ou sobre o salário base do trabalhador. O trabalho em condições de periculosidade assegura adicional de 30%.

Obs: Apensados a este os PLs 1.015/1988, 1.165/1988, 1.185/1988, 29/1991, 966/1991, 2.549/1992, 522/1999 e 5.290/2001.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se pronto para a Ordem do Dia de Plenário, tendo os seguintes pareceres: CCJC – aprovado, CTASP – aprovado com substitutivo, e CDEIC – aprovado o substitutivo da CTASP com subemenda.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada.

**PL 401/1991 do Dep. Paulo Paim (PT/RS)**

Determina que os empregadores não poderão, durante a greve e em razão dela, demitir ou substituir os trabalhadores grevistas. Veda a interferência das autoridades públicas no exercício de greve.

Obs: Apensados a este os PLs 1.802/1996, 2.180/1996, 3.190/2000, 424/2003 e 1.418/2003.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se na CTASP, aguardando parecer do Relator, Dep. Daniel Almeida (PC do B/BA). CREDN – rejeitado.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada.

**PLS 86/2003 do Sen. Paulo Paim (PT/RS)**

Estabelece que os membros titulares da CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – elegerão, dentre eles, o Presidente e o Vice-Presidente.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – SF – Encontrava-se na CAS, aguardando apreciação do parecer do Relator, Sen. Flávio Arns (PT/PR), pela aprovação.

**SITUAÇÃO ATUAL** – SF – Inalterada. Incluído em pauta por 5 vezes.

**PL 1.981/2003 do Dep. Vicentinho (PT/SP)**

Dispõe sobre a participação dos sindicatos na inspeção do trabalho.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se na CTASP, aguardando parecer do Relator, Dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP).

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada.

**PLS 220/2004 Sen. Roberto Saturnino (PT/RJ)**

Determina reajuste anual para o salário mínimo, a partir de maio de cada exercício, pelo período de 10 anos.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – SF – Encontrava-se na CAS, aguardando apreciação do parecer do Relator, Sen. Leonel Pavan (PSDB/SC), pela aprovação.

**SITUAÇÃO ATUAL** – SF – Encontra-se na CAS aguardando parecer do novo Relator Sen. Geraldo Mesquita Junior (PMDB/AC).

**PL 4.387/2004 da Dep. Laura Carneiro (PFL/RJ)**

Obriga a empresa a prestar informações sobre sua situação econômica e financeira na negociação coletiva.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se na CDEIC, aguardando parecer do Relator, Dep. Ronaldo Dimas (PSDB/TO). CTASP – Aprovado com substitutivo.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada.

**PL 4.734/2004 do Poder Executivo**

Dispõe sobre os limites dos valores recursais na justiça trabalhista. A condenação, nos dissídios individuais, só admitirá recurso, inclusive o extraordinário, mediante prévio depósito recursal.

Obs: Apensado ao PL 3.165/2004.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Apensado ao PL 3.165/2004, que estava na CTASP, aguardando apreciação do parecer da Relatora, Dep. Vanessa Grazziotin (PC do B/AM), pela rejeição do PL 3.165/2004, e pela aprovação do PL 4.734/2004, apensado, com substitutivo.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Encontra-se na CCJC, aguardando apreciação do parecer do Relator Dep. Maurício Rands (PT/PE), favorável ao PL 3.165/2004 e ao PL 4.734/2004, apensado, com substitutivo, que traz apenas adequação de técnica legislativa. Aprovado na CTASP com substitutivo que traz como modificação relevante a liberação imediata, pelo juiz, dos valores incontroversos devidos ao reclamante. Mantida a posição.

**PLS 246/2005 da Sen. Ana Júlia Carepa (PT/PA)**

Cria o Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas (Funget), que será destinado a assegurar o pagamento dos créditos decorrentes das sentenças proferidas pela Justiça do Trabalho. Obriga os empregadores a depositar 1% da remuneração paga ou devida a cada trabalhador.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – SF – Encontrava-se na CCJ, aguardando designação de Relator(a).

**SITUAÇÃO ATUAL** – SF – Inalterada.

**PL 4.886/2005 do Dep. Medeiros (PL/SP)**

Estabelece que, frustrada a negociação coletiva, a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa será obrigatoriamente paga a cada empregado até 31 de dezembro.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se na CTASP, aguardando parecer do Relator, Dep. Marco Maia (PT/RS). CDEIC – rejeitada.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada.

**PL 5.084/2005 do Dep. Jair de Oliveira (PMDB/ES)**

Condiciona a homologação das rescisões de contratos de trabalho à comprovação do recolhimento de todas as parcelas devidas ao INSS e ao FGTS. Enquanto os recolhimentos não forem comprovados, o contrato será tido por vigente, para todos os efeitos legais.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se na CTASP, aguardando designação de Relator.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada.

**PL 5.393/2005 do Dep. Mário Negromonte (PP/BA)**

Veda a concessão do vale-transporte em dinheiro ou qualquer outra forma de pagamento, inclusive mediante acordo ou convenção coletiva, sob pena de multa e de configurar crime de estelionato.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se na CVT, aguardando parecer do Relator, Dep. Philemon Rodrigues (PTB/PB).

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Encontra-se na CTASP, aguardando designação de Relatoria. Aprovado na CVT. Mantida a posição.

**Obs:** A Medida Provisória nº 280/2006, que corrigia a tabela do Imposto de Renda de Pessoas Físicas, inseriu disposição autorizando a concessão do vale-transporte também em espécie, de modo que somente o valor que excedesse a 6% do limite máximo do salário-de-contribuição do Regime Geral de Previdência Social teria natureza salarial e se incorporaria à remuneração do trabalhador para qualquer efeito. No entanto, em seguida, foi publicada a Medida Provisória nº 283/2006, que, além de trazer inovações no âmbito da Administração Pública, revogou o referido dispositivo da MPV nº 280/2006, para não mais permitir o pagamento do vale-transporte em dinheiro.

**PL 5.397/2005 do Dep. Ivo José (PT/MG)**

Considera penoso o trabalho realizado sob radiação solar a céu aberto e, quando sem a proteção adequada, insalubre. Assegura adicional de 20% sobre a remuneração e jornada de trabalho especial de 6 horas diárias ou 36 horas semanais.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se na CSSF, aguardando apreciação do parecer da Relatora, Dep. Maninha (PT/DF), pela aprovação.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Encontra-se na CTASP, aguardando designação de Relatoria. Aprovado na CSSF. Mantida a posição.

**PL 5.406/2005 do Dep. Vicentinho (PT/SP)**

Obriga as empresas a assegurar o mínimo de 30% das contratações para pessoas com faixa etária acima de 35 anos.

Obs: Apensado ao PL 765/2003.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Apensado ao PL 765/2003, que estava na CTASP, aguardando parecer do Relator, Dep. Cláudio Magrão (PPS/SP).

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada.

**PL 5.860/2005 do Dep. Marco Maia (PT/RS)**

Assegura o direito a férias ao empregado que, no curso do período aquisitivo, deixar de trabalhar, com percepção do salário, por mais de 30 dias, em virtude de paralisação parcial ou total dos serviços da empresa.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se na CTASP, aguardando parecer do Relator, Dep. Vicentinho (PT/SP).

**SITUAÇÃO ATUAL** – Retirado pelo autor. Ao arquivo.

**PL 6.152/2005 da Dep. Laura Carneiro (PFL/RJ)**

Impõe multa ao empregador que descumprir a legislação trabalhista, no valor de 30% a 100% do total das verbas trabalhistas devidas na condenação.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se na CTASP, aguardando parecer da Relatora, Dep. Ann Pontes (PMDB/PA).

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Encontra-se na CTASP aguardando apreciação do parecer da Relatora, favorável com substitutivo, que não altera o conteúdo da proposta. Incluído em pauta por 3 vezes.

**INFRA-ESTRUTURA****PLP 352/2002 (PLS 240/2001 Complementar do Sen. Lúcio Alcântara – PSDB/CE)**

Incidência do ICMS sobre todas as etapas de circulação de energia elétrica

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se na CCJC, aguardando parecer do Relator, Dep. Osmar Serraglio (PMDB/PR). CFT – aprovado.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada.

**PLS 105/2003 da Sen. Ana Júlia Carepa (PT/PA)**

Criação de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – SF – Encontrava-se na CAE, aguardando parecer do Relator, Sen. Rodolpho Tourinho (PFL/BA). CAS – aprovada com emendas.

**SITUAÇÃO ATUAL** – SF – Inalterada.

**SISTEMA TRIBUTÁRIO****PEC 33/2004 do Sen. Rodolpho Tourinho (PFL/BA)**

Restabelecimento da Incidência do ICMS sobre exportações com ressarcimento da União ao contribuinte.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se na CCJ, aguardando apreciação do parecer do Relator, Sen. José Maranhão (PMDB/PB), pela aprovação.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada.

**PLP 75/2003 do Dep. Eduardo Cunha (PPB/RJ)**

Exigência de depósito integral do débito para a concessão de liminar em matéria tributária

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se na CFT, aguardando parecer do Relator, Dep. Roberto Brant (PSDB/MG).

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada.

**PL 4.684/2004 do Dep. Almir Sá (PL/RR)**

Obrigatoriedade de informação da carga tributária nos rótulos dos produtos.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Apensado ao PL 3.488/1997, que estava na CCJC, aguardando parecer do Relator, Dep. Fernando Coruja (PPS/SC).

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Encontra-se pronto para inclusão na pauta do Plenário. Na CCJC, foi aprovado parecer estabelecendo que a União, os estados, o DF e os municípios divulgarão, até 31 do mês de janeiro de cada ano, tabela contendo, para cada mercadoria ou serviço destinado ao consumidor, os percentuais dos preços que correspondem aos tributos de suas respectivas competências. Desse modo, a CCJC consegue solucionar, no seu parecer, o problema da imposição de obrigações acessórias às empresas, que motivava o posicionamento pela divergência em relação ao PL 4.684/2004.

**INFRA-ESTRUTURA SOCIAL****PLP 189/2001 da Dep. Jandira Feghali (PC do B/RJ)**

Confere aposentadoria especial a quem tiver exercido atividades que prejudiquem a saúde ou a integridade física durante 15, 20 ou 25 anos.

Obs: Apensado ao PLP 60/1999.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Apensado ao PLP 60/1999, que estava na CSSF, aguardando parecer do Relator, Dep. Dr. Ribamar Alves (PSB/MA). CTASP – aprovada com substitutivo.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada.

**PL 32/1999 do Dep. Paulo Rocha (PT/PA)**

Cria a obrigatoriedade de elaboração de “balanço social” para empresas privadas que tenham no mínimo 100 empregados; dispensadas as empresas optantes pelo SIMPLES e tributadas com base no lucro presumido.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se na CDEIC, aguardando apreciação do parecer do Relator, Dep. Reginaldo Lopes (PT/MG), pela aprovação com substitutivo e pela rejeição da emenda adotada pela CTASP. CTASP – aprovada com emenda.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada. Incluído em pauta por 2 vezes.

**PL 4.785/2005 do Dep. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)**

Pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real poderão deduzir do IR devido os gastos com ensino fundamental, médio ou superior pagos em favor de seus empregados.

Obs: Apensado ao PL 2.636/2003.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Apensado ao PL 2.636/2003, que se encontra na CEC, aguardando apreciação do parecer do Relator, Dep. Paulo Rubem Santiago (PT/PE), pela rejeição deste e do PL 4.785/2005, apensado.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada. Incluído em pauta por 6 vezes. O Dep. Lobbe Neto (PSDB/SP) apresentou Voto em Separado, pela aprovação do projeto principal e de seus apensados.

**INDICAÇÕES SETORIAIS****PEC 11/1999 do Sen. José Eduardo Dutra (PT/SE)**

Estabelece que as autorizações e concessões relativas a recursos e jazidas minerais serão sempre por prazo determinado, na forma da lei. As concessões de lavra de recursos e jazidas minerais serão revistas pelo Poder Executivo, em 2 anos, a contar da promulgação da EC. Mantém as atuais concessões por 10 anos.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – SF – Encontrava-se no Plenário pronto para a Ordem do Dia, para discussão em primeiro turno, tendo parecer da CCJ, favorável com as emendas nº 1-CCJ e 2-CCJ.

**SITUAÇÃO ATUAL** – SF – Inalterada.

**PEC 410/2005 do Dep. Luciano Zica (PT/SP)**

Suprime, para o concessionário, a garantia da propriedade do produto da lavra.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se na CCJC, aguardando apreciação do parecer do Relator, Dep. Luiz Alberto (PT/BA), pela admissibilidade.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada.

**PLP 15/2003 do Dep. Pastor Pedro Ribeiro (PTB/CE)**

Serão consideradas bebidas alcoólicas as bebidas potáveis com teor alcoólico superior a 4º Gay-Lussac. Cria o Fundo de Combate ao Alcoolismo tendo como uma das fontes de receita o repasse de recursos pelos fabricantes e importadores de bebidas alcoólicas.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se na CCJC, aguardando parecer do Relator, Dep. Sigmaringa Seixas (PSDB/DF). CDEIC – aprovado com emenda, CSSF e CFT – ambas aprovaram o projeto adotando a emenda da CDEIC.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada.

**PLP 146/2004 do Dep. Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR)**

Entidades fechadas de previdência privada não poderão aplicar os seus recursos em participações acionárias de empresas privadas que atuem no setor de bebidas alcoólicas, fumo, jogos, armas e munições.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se na CDEIC, aguardando apreciação do parecer do Relator, Dep. Léo Alcântara (PSDB/CE), pela rejeição.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Rejeitado na CDEIC. Encontra-se na CSSF, aguardando parecer do Relator Dep. Benedito Dias (PP/AP).

**PLC 35/2000 (PL 2.733/1997 do Dep. Airtton Dipp – PDT/RS)**

O primeiro substitutivo aprovado na CAS amplia o alcance do projeto de origem e estabelece novas restrições para a propaganda comercial de bebida, cujo teor alcoólico supere 1º Gay-Lussac.

Obs: Tramita em conjunto com os PLs 182/2003 e 352/2004.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – SF – Encontrava-se na CAS (retornou a requerimento, devido a proposições que passaram a tramitar em conjunto), aguardando parecer do Relator, Sen. Marco Maciel (PFL/PE). CAS – aprovada com substitutivo.

**SITUAÇÃO ATUAL** – SF – Encontra-se na CAS, aguardando parecer do novo Relator Sen. Romero Jucá (PMDB/RR).

**PL 4.846/1994 do Dep. Francisco Silva (PP/RJ)**

O Projeto e dezenas de outras proposições apensadas propõem, em resumo, o seguinte: (i) restrição ao horário de comercialização (a chamada "Lei Seca"); (ii) Restrição aos horários de veiculação de publicidade nas rádios e tvs; (iii) proibição à comercialização e ao consumo de bebidas alcoólicas nos estádios desportivos; (iv) determinação da inserção de frases de advertência rotativas (como no caso dos cigarros) e (v) proibição da comercialização e publicidade de bebidas alcoólicas nas rodovias federais.

Obs: Apensados a este 140 projetos.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se na CESP, aguardando parecer do Relator, Sandes Júnior (PP/GO). CCTCI – Aprovado com substitutivo.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Permanece na CESP, aguardando apreciação do parecer do Relator, pela aprovação com substitutivo. As alterações, não obstante amenizarem as restrições impostas ao setor, não alteram a posição de divergência. Incluído em pauta uma vez.

**PL 3.418/2000 do Dep. Edison Andrino (PMDB/SC)**

Obrigatoriedade para as indústrias produtoras de refrigerantes, cervejas e outras bebidas em lata adotarem sistema de abertura que não permita o contato da parte externa do recipiente com o líquido a ser ingerido, de modo a impossibilitar qualquer forma de contaminação.

Obs: Apensados a este os PLs 3.807/2000, 3.876/2000, 132/2003, 393/2003, 1.541/2003, 1.817/2003, 2.302/2003, 2.406/2003, 4.624/2004 e 5.922/2005.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se na CSSF, aguardando parecer do Relator, Dep. Darcísio Perondi (PMDB/RS).

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada.

**PLS 164/2002 do Sen. Sebastião Rocha (PDT/AP)**

Determina que a distribuição de bebidas em geral será efetivada mediante a lavratura de contrato de distribuição, escrito e padronizado, firmado por fabricantes e distribuidor.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – SF – Encontrava-se na CAE, aguardando apreciação do parecer do Relator, Sen. Luiz Otávio (PPB/PA), favorável com substitutivo.

**SITUAÇÃO ATUAL** – SF – Inalterada.

**PL 22/2003 do Dep. Roberto Gouveia (PT/SP)**

Estabelece que medicamentos específicos para a prevenção e tratamento da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida – SIDA/AIDS, bem como seu respectivo processo de obtenção, não poderão ser patenteados.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se na Mesa Diretora, aguardando apreciação de recurso interposto para que este projeto seja apreciado pelo Plenário. CSSF – aprovada, CDEIC – aprovada, e CCJC – aprovada com substitutivo.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada.

**PL 853/2003 do Dep. José Divino (PMDB/RJ)**

Fixa o teor máximo permitido de alcatrão, nicotina e monóxido de carbono por cigarro produzido e consumido em todo o território nacional e impõe novas regras restritivas para a comercialização e divulgação desses produtos, especialmente para menores de idade.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se na CSSF, aguardando parecer do Relator, Dep. Dr. Benedito Dias (PFL/AP). CDEIC – aprovada com substitutivo.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada.

**PL 1.788/2003 do Dep. Coronel Alves (PL/AP)**

Proíbe a exposição de cigarros, charutos e derivados do tabaco em pontos comerciais e em estabelecimentos similares. Deverão ser mantidos em local não visível ao público.

Obs: Apensado ao PL 4.846/1994.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Apensado ao PL 4.846/1994, que estava na CESP, aguardando parecer do Relator, Dep. Sandes Júnior (PP/GO). CCTCI – Aprovado com substitutivo.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Permanece na CESP, aguardando apreciação do parecer do Relator, pela aprovação com substitutivo que exclui a proibição de exposição de produtos fumígenos em pontos-de-venda e insere dispositivo que permite aos fabricantes desses produtos o patrocínio, a título exclusivamente de apoio cultural, de produções artísticas e culturais.

**PL 3.769/2004 do Dep. Celso Russomanno (PP/SP)**

A oferta de componentes e de peças de reposição do produto deverá ser mantida por período não inferior a 5 anos após cessadas a produção ou importação.

Obs: Apensado a este o PL 4.061/2004.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se na CDEIC, aguardando apreciação do parecer do Relator, Dep. Bernardo Ariston (PMDB/RJ), pela rejeição deste, e pela aprovação do PL 4.061/2004, apensado, com substitutivo.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada. Incluído em pauta por 3 vezes.

**PL 4.721/2004 do Dep. Lupércio Ramos (PPS/AM)**

Proíbe a industrialização, a venda e a comercialização em todo o território nacional de cigarros, cigarrilhas, charutos e outros produtos industrializados que durante o processo de produção utilizem fumo tratado com agrotóxicos, defensivos agrícolas, pesticidas, venenos químicos, bem como qualquer substância que possa afetar a saúde dos consumidores.

Obs: Apensado ao PL 3.474/2004, que é apensado ao PL 4.846/1994.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Apensado ao PL 4.846/1994, que estava na CESP, aguardando parecer do Relator, Dep. Sandes Júnior (PP/GO). CCTCI – aprovado com substitutivo.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – O Relator da CESP apresentou parecer pela aprovação com substitutivo, que não contempla as inovações propostas pelo PL 4721/2004.

**PLS 406/2005 do Sen. Paulo Paim (PT/RS)**

Estabelece novas regras e condições para elaboração dos cardápios do programa de alimentação escolar para a rede pública. Veda a utilização de bebidas de baixo teor nutricional e de alimentos ricos em açúcar, gordura saturada, gordura trans ou sódio.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – SF – Encontrava-se na CAS, aguardando parecer do Relator, Sen. Cristovam Buarque (PDT/DF).

**SITUAÇÃO ATUAL** – SF – Remetido à CE, onde aguarda parecer do Relator Sen. Aelton Freitas (PL/MG). O Relator na CAS apresentou parecer favorável com substitutivo, ainda não apreciado em virtude de requerimento aprovado para que a matéria seja apreciada pela CE.

**PL 4.773/2005 do Dep. Alberto Fraga (PTB/DF)**

Proíbe a importação, a produção e a venda de medicamentos similares em todo o território nacional e concede prazo de um ano, a contar da regulamentação da lei, para que os proprietários de marcas de medicamentos similares promovam a adequação de seus produtos aos medicamentos genéricos nos termos da legislação própria.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se na CSSF, aguardando parecer do Relator, Dep. Francisco Gonçalves (PTB/MG). CDEIC – rejeitado.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Aguarda apreciação do parecer contrário do Relator na CSSF. Incluído em pauta por 2 vezes.

**PL 4.897/2005 do Dep. Roberto Magalhães (PFL/PE)**

Estabelece a possibilidade de movimentação da conta vinculada para o pagamento da anuidade escolar, em qualquer nível, para o titular ou seus dependentes legais, desde que o volume total das liberações, no exercício financeiro, para esse fim, não ultrapasse 20% do valor total do crédito do titular em sua conta do FGTS.

Obs: Apensado ao PL 3.961/2004.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Apensado ao PL 3.961/2004 que estava na CEC, aguardando parecer da Relatora, Dep. Maria do Rosário (PT/RS).

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada.

**PL 4.906/2005 do Dep. Jefferson Campos (PMDB/SP)**

Obriga os fornecedores de produtos acondicionados em embalagens não-biodegradáveis a informarem a natureza destas, mediante tarja indicativa, de modo claro e ostensivo.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se na CDEIC, aguardando parecer do Relator, Dep. Nelson Marquezelli (PTB/SP). CDC – aprovado.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada.

**PL 5.158/2005 do Dep. Clóvis Fecury (PFL/MA)**

Novas regras e condições para comercialização de alimentos de origem animal ou que contenham substâncias de origem animal.

Obs: Apensado ao PL 3.479/2004.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Apensado ao PL 3.479/2004 que estava na CDC, aguardando designação de Relator(a). CAPADR – aprovado com substitutivo.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Na CDC, designado como Relator o Dep. Pastor Pedro Ribeiro (PMDB/CE).

**PL 5.554/2005 do Dep. Capitão Wayne (PSDB/GO)**

Custos de atendimento do SUS às pessoas portadoras de doenças associadas ao tabagismo deverão ser compensados pelas indústrias do fumo.

Obs: Apensado ao PL 3.564/2004.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Apensado ao PL 3.564/2004, que estava na CDEIC aguardando apreciação do parecer do Relator, Dep. Reinaldo Betão (PL/RJ), pela aprovação deste, com emenda, e pela rejeição da emenda apresentada ao projeto nesta comissão e também do PL 5.524/2005 apensado.

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Inalterada. Incluído em pauta por 2 vezes.

**PL 6.047/2005 do Poder Executivo**

Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), estrutura responsável pela formulação e implementação de políticas, planos, programas e ações, relacionadas à segurança alimentar e nutricional.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se na CSSF, aguardando parecer do Relator, Dep. Feu Rosa (PP/ES). CTASP – aprovada com emendas.

**SITUAÇÃO ATUAL** – SF – Encontra-se na CDH aguardando designação de Relator(a). Recebeu o nº PLC 81/2006.

Obs: A CD aprovou o projeto e as emendas da CTASP. No SF, a CCJ aprovou o projeto. Mantido o posicionamento.

**PL 6.080/2005 do Dep. Júnior Betão (PL/AC)**

Limitação de horário para a propaganda comercial, vendas promocionais e *merchandising* de bebidas e alimentos potencialmente causadores de obesidade, nas emissoras de rádio e televisão.

**SITUAÇÃO NA AGENDA** – CD – Encontrava-se na CCTCI, aguardando designação de Relator(a).

**SITUAÇÃO ATUAL** – CD – Na CCTCI, designada Relatora a Dep. Luiza Erundina (PSB/SP).

# ÍNDICE

|                                                                                              |           |
|----------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>PROPOSIÇÕES COM POSICIONAMENTO CONVERGENTE</b>                                            | <b>14</b> |
| <b>REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA</b>                                                            | <b>14</b> |
| PEC 31/2005 do Sen. Augusto Botelho (PDT/RR)                                                 | 14        |
| PL 6.960/2002 do Dep. Ricardo Fiúza (PPB/PE)                                                 | 14        |
| PL 1.206/2003 do Dep. Julio Lopes (PP/RJ)                                                    | 14        |
| PL 3.955/2004 do Dep. José Santana de Vasconcellos (PL/MG)                                   | 15        |
| PL 4.288/2004 do Dep. Celso Russomanno (PP/SP)                                               | 15        |
| PL 4.961/2005 do Dep. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)                                  | 15        |
| PL 6.060/2005 do Dep. Ivo José (PT/MG)                                                       | 15        |
| <b>QUESTÕES INSTITUCIONAIS</b>                                                               | <b>16</b> |
| PLS 11/2005 do Sen. Pedro Simon (PMDB/RS)                                                    | 16        |
| <b>LEGISLAÇÃO TRABALHISTA</b>                                                                | <b>16</b> |
| PL 2.597/2003 do Dep. César Bandeira (PFL/MA)                                                | 16        |
| PLS 116/2003 do Sen. Sérgio Zambiasi (PTB/RS)                                                | 16        |
| PLS 76/2005 do Sen. Jefferson Péres (PDT/AM)                                                 | 16        |
| <b>CUSTO DE FINANCIAMENTO</b>                                                                | <b>17</b> |
| PL 3.741/2000 do Poder Executivo                                                             | 17        |
| <b>SISTEMA TRIBUTÁRIO</b>                                                                    | <b>17</b> |
| PLP 243/2001 do Dep. Chico da Princesa (PTB/PR)                                              | 17        |
| PLP 289/2005 do Dep. Nelson Proença (PPS/RS)                                                 | 17        |
| PL 4.695/2001 do Dep. Nelson Proença (PMDB/RS)                                               | 17        |
| PL 2.991/2004 do Dep. Francisco Dornelles (PP/RJ)                                            | 18        |
| PL 5.201/2005 do Dep. Gérson Gabrielli (PFL/BA)                                              | 18        |
| PL 5.727/2005 do Dep. Carlos Souza (PP/AM)                                                   | 18        |
| <b>INFRA-ESTRUTURA SOCIAL</b>                                                                | <b>18</b> |
| PL 873/2003 do Dep. Armando Monteiro (PMDB/PE)                                               | 18        |
| <b>INDICAÇÕES SETORIAIS</b>                                                                  | <b>19</b> |
| PEC 516/2002 do Dep. Jair Meneguelli (PT/SP)                                                 | 19        |
| PLP 183/2001 do Dep. Paulo Gouvêa – PFL/SC (Substitutivo do Senado Federal)                  | 19        |
| PLS 411/2005 do Sen. Gilberto Goellner (PFL/MT)                                              | 19        |
| PL 5.800/2005 do Dep. Manoel Salviano (PSDB/CE)                                              | 19        |
| <b>PROPOSIÇÕES COM POSICIONAMENTO CONVERGENTE COM RESSALVA(S)</b>                            | <b>20</b> |
| <b>REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA</b>                                                            | <b>20</b> |
| MPV 2.186-16/2001 do Poder Executivo                                                         | 20        |
| PLP 12/2003 do Dep. Sarney Filho (PV/MA)                                                     | 20        |
| PLP 22/2003 do Dep. Vander Loubet (PT/MS) – Substitutivo do Senado Federal                   | 20        |
| PLP 76/2003 do Poder Executivo (Substitutivo do Senado Federal)                              | 20        |
| PLP 123/2004 do Dep. Jutahy Júnior (PSDB/BA)                                                 | 21        |
| PLP 184/2004 do Poder Executivo                                                              | 21        |
| PLS 32/2006 Complementar dos Senadores Renan Calheiros (PMDB/AL) e Fernando Bezerra (PTB/RN) | 21        |
| PL 203/1991 (PLS 354/1989 do Sen. Francisco Rollemberg – PMN/SE)                             | 21        |
| PL 4.082/2004 do Dep. Ronaldo Vasconcellos (PTB/MG)                                          | 22        |
| PL 4.291/2004 (PLS 189/2003 do Sen. Eduardo Suplicy – PT/SP)                                 | 22        |
| PL 5.877/2005 do Poder Executivo                                                             | 22        |
| PL 6.370/2005 do Poder Executivo                                                             | 22        |
| PL 6.529/2006 do Poder Executivo                                                             | 22        |
| <b>QUESTÕES INSTITUCIONAIS</b>                                                               | <b>23</b> |
| PEC 511/2006 (PEC 72/2005 do Sen. Antônio Carlos Magalhães – PFL/BA)                         | 23        |
| PL 2.679/2003 da Comissão Especial de Reforma Política da CD (REFPOLIT)                      | 23        |
| PLS 182/2004 do Sen. Marcos Guerra (PSDB/ES)                                                 | 23        |
| PL 5.855/2005 (PLS 275/2005 do Sen. Jorge Bornhausen – PFL/SC)                               | 23        |
| <b>LEGISLAÇÃO TRABALHISTA</b>                                                                | <b>24</b> |
| PL 980/2003 do Dep. Murilo Zauith (PFL/MS)                                                   | 24        |

|                                                                   |           |
|-------------------------------------------------------------------|-----------|
| PL 4.302/1998 do Poder Executivo (Substitutivo do Senado Federal) | 24        |
| PL 4.330/2004 do Dep. Sandro Mabel (PL/GO)                        | 24        |
| <b>CUSTO DE FINANCIAMENTO</b>                                     | <b>25</b> |
| PLS 317/2003 Complementar do Sen. Rodolpho Tourinho (PFL/BA)      | 25        |
| <b>INFRA-ESTRUTURA</b>                                            | <b>25</b> |
| PLS 226/2005 do Sen. Rodolpho Tourinho (PFL/BA)                   | 25        |
| <b>SISTEMA TRIBUTÁRIO</b>                                         | <b>25</b> |
| PEC 578/2002 do Dep. Moreira Ferreira (PFL/SP) e outros           | 25        |
| PLS 646/1999 Complementar do Sen. Jorge Bornhausen (PFL/SC)       | 25        |
| PL 5.250/2005 (PLS 245/2004 do Sen. Fernando Bezerra – PTB/RN)    | 26        |
| PLC 20/2006 (PL 6.272/2005 do Poder Executivo)                    | 26        |
| <b>INDICAÇÕES SETORIAIS</b>                                       | <b>26</b> |
| PLC 83/2005 (PL 936/2003 do Dep. Rogério Silva – PPS/MT)          | 26        |
| PL 3.057/2000 do Dep. Bispo Wanderval (PL/SP)                     | 26        |

|                                                                  |           |
|------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>PROPOSIÇÕES COM POSICIONAMENTO DIVERGENTE COM RESSALVA(S)</b> | <b>27</b> |
| <b>REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA</b>                                | <b>27</b> |
| PL 3.337/2004 do Poder Executivo                                 | 27        |
| PL 6.264/2005 (PLS 213/2003 do Sen. Paulo Paim – PT/RS)          | 27        |
| PDC 1.630/2005 do Dep. Antônio Carlos Pannunzio (PSDB/SP)        | 27        |
| <b>LEGISLAÇÃO TRABALHISTA</b>                                    | <b>27</b> |
| PLP 208/2004 do Dep. Eduardo Valverde (PT/RO)                    | 27        |
| PL 1.528/1989 do Dep. Jones Santos Neves (PL/ES)                 | 28        |
| <b>INFRA-ESTRUTURA</b>                                           | <b>28</b> |
| PL 5.296/2005 do Poder Executivo                                 | 28        |
| <b>SISTEMA TRIBUTÁRIO</b>                                        | <b>28</b> |
| PEC 57/2004 do Sen. Tasso Jereissati (PSDB/CE)                   | 28        |
| PEC 285/2004 do Poder Executivo                                  | 29        |
| PEC 9/2005 do Sen. João Batista Motta (PMDB/ES)                  | 29        |
| <b>INDICAÇÕES SETORIAIS</b>                                      | <b>29</b> |
| PL 6.011/2005 do Dep. Vittorio Mediolì (PV/MG)                   | 29        |

|                                                               |           |
|---------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>PROPOSIÇÕES COM POSICIONAMENTO DIVERGENTE</b>              | <b>30</b> |
| <b>REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA</b>                             | <b>30</b> |
| PL 4.558/1998 do Dep. Feu Rosa (PSDB/ES)                      | 30        |
| PL 139/1999 do Dep. Alberto Goldman (PSDB/SP)                 | 30        |
| PLC 107/2003 (PL 3.285/1992 do Dep. Fábio Feldmann – PSDB/SP) | 30        |
| PL 937/2003 do Dep. Deley (PV/RJ)                             | 31        |
| PL 1.016/2003 do Dep. Renato Casagrande (PSB/ES)              | 31        |
| PL 1.254/2003 do Dep. César Medeiros (PT/MG)                  | 31        |
| PL 3.559/2004 do Dep. Raul Jungmann (PPS/PE)                  | 31        |
| PL 3.729/2004 do Dep. Luciano Zica (PT/SP) e outros           | 32        |
| PL 3.902/2004 do Dep. Ronaldo Vasconcellos (PTB/MG)           | 32        |
| PL 6.199/2005 do Dep. Nazareno Fonteles (PT/PI)               | 32        |
| <b>QUESTÕES INSTITUCIONAIS</b>                                | <b>32</b> |
| PL 4.891/2005 do Dep. Nelson Marquezelli (PTB/SP)             | 32        |
| <b>LEGISLAÇÃO TRABALHISTA</b>                                 | <b>33</b> |
| PEC 75/2003 do Sen. Paulo Paim (PT/RS)                        | 33        |
| PLP 8/2003 do Dep. Maurício Rands (PT/PE)                     | 33        |
| PL 7.077/2002 (PLS 77/2002 do Sen. Moreira Mendes – PFL/RO)   | 33        |
| PLC 17/2004 (PL 7.122/2002 do Dep. Dr. Rosinha – PT/PR)       | 33        |
| PL 5.746/2005 (PLS 19/2003 do Sen. Marcelo Crivella – PL/RJ)  | 34        |
| PL 1.003/1988 do Dep. Paulo Paim (PT/RS)                      | 34        |
| PL 401/1991 do Dep. Paulo Paim (PT/RS)                        | 34        |
| PLS 86/2003 do Sen. Paulo Paim (PT/RS)                        | 34        |
| PL 1.981/2003 do Dep. Vicentinho (PT/SP)                      | 34        |
| PLS 220/2004 do Sen. Roberto Saturnino (PT/RJ)                | 34        |
| PL 4.387/2004 do Dep. Laura Carneiro (PFL/RJ)                 | 35        |

PL 4.734/2004 do Poder Executivo ..... 35

PLS 246/2005 da Sen. Ana Júlia Carepa (PT/PA) ..... 35

PL 4.886/2005 do Dep. Medeiros (PL/SP) ..... 35

PL 5.084/2005 do Dep. Jair de Oliveira (PMDB/ES) ..... 35

PL 5.393/2005 do Dep. Mário Negromonte (PP/BA) ..... 36

PL 5.397/2005 do Dep. Ivo José (PT/MG) ..... 36

PL 5.406/2005 do Dep. Vicentinho (PT/SP) ..... 36

PL 5.860/2005 do Dep. Marco Maia (PT/RS) ..... 36

PL 6.152/2005 da Dep. Laura Carneiro (PFL/RJ) ..... 37

**INFRA-ESTRUTURA ..... 37**

PLP 352/2002 (PLS 240/2001 Complementar do Sen. Lúcio Alcântara – PSDB/CE) ..... 37

PLS 105/2003 da Sen. Ana Júlia Carepa (PT/PA) ..... 37

**SISTEMA TRIBUTÁRIO ..... 37**

PEC 33/2004 do Sen. Rodolpho Tourinho (PFL/BA) ..... 37

PLP 75/2003 do Dep. Eduardo Cunha (PPB/RJ) ..... 37

PL 4.684/2004 do Dep. Almir Sá (PL/RR) ..... 38

**INFRA-ESTRUTURA SOCIAL ..... 38**

PLP 189/2001 da Dep. Jandira Feghali (PC do B/RJ) ..... 38

PL 32/1999 do Dep. Paulo Rocha (PT/PA) ..... 38

PL 4.785/2005 do Dep. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ..... 38

**INDICAÇÕES SETORIAIS ..... 39**

PEC 11/1999 do Sen. José Eduardo Dutra (PT/SE) ..... 39

PEC 410/2005 do Dep. Luciano Zica (PT/SP) ..... 39

PLP 15/2003 do Dep. Pastor Pedro Ribeiro (PTB/CE) ..... 39

PLP 146/2004 do Dep. Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) ..... 39

PLC 35/2000 (PL 2.733/1997 do Dep. Aírton Dipp – PDT/RS) ..... 39

PL 4.846/1994 do Dep. Francisco Silva (PP/RJ) ..... 40

PL 3.418/2000 do Dep. Edison Andrino (PMDB/SC) ..... 40

PLS 164/2002 do Sen. Sebastião Rocha (PDT/AP) ..... 40

PL 22/2003 do Dep. Roberto Gouveia (PT/SP) ..... 40

PL 853/2003 do Dep. José Divino (PMDB/RJ) ..... 41

PL 1.788/2003 do Dep. Coronel Alves (PL/AP) ..... 41

PL 3.769/2004 do Dep. Celso Russomanno (PP/SP) ..... 41

PL 4.721/2004 do Dep. Lupércio Ramos (PPS/AM) ..... 41

PLS 406/2005 do Sen. Paulo Paim (PT/RS) ..... 42

PL 4.773/2005 do Dep. Alberto Fraga (PTB/DF) ..... 42

PL 4.897/2005 do Dep. Roberto Magalhães (PFL/PE) ..... 42

PL 4.906/2005 do Dep. Jefferson Campos (PMDB/SP) ..... 42

PL 5.158/2005 do Dep. Clóvis Fecury (PFL/MA) ..... 42

PL 5.554/2005 do Dep. Capitão Wayne (PSDB/GO) ..... 43

PL 6.047/2005 do Poder Executivo ..... 43

PL 6.080/2005 do Dep. Júnior Betão (PL/AC) ..... 43

**Confederação Nacional da Indústria – CNI**

**Unidade de Assuntos Legislativos – COAL**

Coordenação: Ricardo Mariano Marcondes Ferraz e Godofredo Franco Diniz.

**Equipe Técnica**

Pedro Aloysio Kloeckner, Aline Said Bandeira, Frederico Gonçalves César, Beatriz Nunes, Marcos Joaquim Pereira, Fabiano Faria de C. Hecht, Jomara Cado Bessa, Ubaldo Campello Neto, Angela Borges, Valéria Leite Memória, Marília Altoé Braga, Antônio Marrocos e Maria Auxiliadora S. de Menezes.

**Superintendência de Serviços Compartilhados – SSC**

**Área Compartilhada de Informação e Documentação – ACIND**

Normalização

**Revisão Gramatical**

Rômulo Baptista

**Capa**

Grifo Design